

ATA N.º 8/2018

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2018:

No dia dezasseis de abril de dois mil e dezoito, pelas quinze horas e onze minutos, no auditório da biblioteca municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores/as presentes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2017

PONTO 2 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2017

O **Sr. Presidente** refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Antes de apresentar a proposta da Prestação de Contas 2017, o **Sr. Presidente** faz a leitura da Introdução, cuja transcrição se reproduz na íntegra:

INTRODUÇÃO

"Depois de um período de intenso trabalho de estudo, planificação e projeto, no âmbito do processo de candidatura aos fundos disponibilizados pelo atual quadro comunitário de apoio, o ano de 2017 foi marcado pelo início da implementação, no terreno, de um importante conjunto de obras cofinanciadas. Estas intervenções, de carácter estruturante, abrangem diversas áreas da atividade municipal, da educação às infraestruturas, passando pelo ambiente, o espaço público ou o turismo, e manifestam um novo ciclo de crescimento, assente numa gestão realista e rigorosa, que procura potenciar oportunidades, redes e parcerias, para ampliar a sua capacidade de intervenção no território.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Fechado o ano de 2017 com o número mais baixo de trabalhadoras/es registado na última década, foi, ainda assim, possível responder aos desafios colocados pelo crescente grau de exigência das comunidades, com qualidade e sempre procurando ir mais longe nos nossos compromissos. A forte dedicação e o empenho das equipas e quadros dirigentes foram, uma vez mais, determinantes para a concretização dos objetivos – com uma importante fatia de projetos e intervenções realizados internamente - e para continuar a afirmar o concelho de Palmela no contexto regional e no país. Acompanhando essa dedicação e consciente do valor dos seus ativos internos, o Município investiu na melhoria das condições de trabalho, com aquisição de novo equipamento para o parque de máquinas e viaturas, manutenção e qualificação de instalações, distribuição de novo vestuário de trabalho, aquisição de novos computadores e software e instalação de uma nova solução de impressão.

Também no campo da formação profissional, é visível o investimento do Município, com um aumento assinalável do número de ações e, também, do número de horas, destacando-se a realização de ações de formação à medida das necessidades específicas recenseadas. Na área da saúde, é de salientar o trabalho de acompanhamento das/os trabalhadoras/es, quer através das consultas e exames de diagnóstico, quer através de rastreios e campanhas de vacinação e sensibilização diversas. Os acidentes de trabalho registaram o valor mais baixo dos últimos quatro anos, com uma queda acentuada do respetivo número de dias de ausência.

O incentivo à participação e o envolvimento da cidadania na gestão do território são prática corrente no concelho de Palmela, que o Município procura, constantemente, aprofundar, indo ao encontro da evolução dos tempos. A maturidade das associações de moradores do concelho conduziu a um trabalho de parceria mais próximo e profícuo e justificou a realização, em 2017,

do 1.º Encontro de Associações de Moradores, numa experiência de enriquecimento coletivo. No âmbito do processo "Eu Participo!", o número de inquéritos recolhidos bateu recordes e resultou na inscrição de 27 novas intervenções no Orçamento e Grande Opções do Plano – que representam o maior valor já assumido - comprovando, uma vez mais, que vale a pena participar. Nas escolas, muitas das crianças que iniciaram o seu percurso no projeto "Eu Participo!" no primeiro ciclo transitaram, já, para o 2.º ciclo e levaram consigo dinâmicas de trabalho que se repercutem nas novas escolas e nas comunidades, deixando-nos confiantes numa nova geração de cidadãs e cidadãos com maior literacia cívica e uma intervenção mais informada. Internamente, o processo "Eu Participo!" – Trabalhadoras/es Municipais continua a fazer a diferença e a proporcionar espaços de debate e partilha. O lançamento da "Caixa de Ideias" facilitou a apresentação de propostas estruturadas e as mais votadas serão implementadas, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e para o fortalecimento do espírito de equipa.

Em 2017, em resultado da consolidação do equilíbrio financeiro, o Município aumentou o valor das participações às Associações de Bombeiros/os do concelho, relativas ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros/os Permanentes, tendo concedido, também, apoios para investimento em equipamento, instalações e formação. A Academia de Proteção Civil continuou a apostar na construção de uma cultura de segurança junto da comunidade e dinamizou 35 ações junto de um público diversificado, que chegou ao milhar de participantes. Num ano marcado pelos gravíssimos incêndios que lavraram em todo o país, o Município desenvolveu várias iniciativas de prevenção e esteve com todos os agentes da Proteção Civil. Destacam-se a limpeza de bermas e caminhos no Parque Natural da Arrábida, a reparação de caminhos florestais, a limpeza de vários lotes, por administração direta, e a adjudicação ao exterior da desmatção e limpeza de terrenos numa área de 50 mil metros quadrados.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A Educação é, há muito, um dos eixos prioritários da política municipal, transversalmente determinante para o futuro sustentável e de sucesso que pretendemos para este território. A permanente qualificação do parque escolar é basilar para a prossecução destes objetivos, tendo o Município direcionado uma forte componente do seu trabalho de captação de fundos comunitários para a modernização de estabelecimentos de ensino. Deu-se, assim, início, em 2017, às obras de ampliação e requalificação das escolas básicas de Águas de Moura, de Cabanas, de Aires e António Matos Fortuna (Quinta do Anjo), que representam um investimento, cofinanciado, de muitos milhares de euros, sendo, também, de sublinhar a conclusão da requalificação do logradouro da EB de Palmela 2 e a criação de um espaço de refeições e requalificação do logradouro da EB da Palhota. Em setembro, a abertura do ano letivo 2017/2018 contou com uma nova sala de educação pré-escolar, na EB António Santos Jorge, em Pinhal Novo, fixando-se em 35 salas.

A intervenção municipal na área educativa não se resume ao parque escolar e foram, também, substantivos os apoios prestados às famílias no que respeita, por exemplo, aos transportes escolares, mantendo-se, como forma de discriminação positiva, o transporte de alunas/os que residam a mais de dois quilómetros da escola (o que representou, em 2017, um investimento superior a 742 mil euros). Consolidou-se, também, a experiência iniciada no ano letivo anterior, garantindo-se transporte gratuito às crianças que frequentam os jardins de infância da rede pública nas freguesias rurais.

O Município atribui auxílios económicos diretos às famílias em situação económica desfavorecida, no montante de 65 euros, abrangendo, no ano em apreço, 948 alunas/os, num total de cerca de 62 mil euros. No âmbito do Programa de Alimentação Escolar, 91,68% das crianças almoçam nas suas escolas, sendo fornecidas cerca de 2.900 refeições diárias, e manteve-se a distribuição gratuita de fruta, duas vezes por semana, quer no primeiro ciclo, quer no pré-escolar – prática iniciada no ano letivo anterior.

É, ainda, de realçar a entrada em vigor, em 2017, do Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos e o arranque do processo de construção, em parceria, do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar – "Eu conquisto o meu sucesso", enquadrado por uma candidatura a fundos comunitários.

O Fantasiarte – que envolveu, nesta edição, 4.439 pessoas – o "Aprender a Nadar", o "Aprender a Jogar" e os Jogos Desportivos Escolares são exemplos de projetos com grande tradição, que têm acompanhado diversas gerações e estão, hoje, perfeitamente integrados na vida do concelho, contribuindo para o desenvolvimento integral das nossas crianças e jovens.

O trabalho junto da população de idade maior continua a ter, como objetivos centrais, a valorização desta faixa da população e a sua integração plena na comunidade, potenciando a sua experiência e saberes, promovendo o envelhecimento ativo e saudável e prevenindo fenómenos de exclusão e abandono. Para que Palmela continue a ser um verdadeiro "Município de todas as idades", a estratégia para esta área de trabalho passa, em grande medida, pela articulação de projetos para vivências intergeracionais de partilha, convívio e aprendizagem. São de realçar o programa "Outubro Maior" – Mês das Pessoas Idosas, que teve na realização da V Feira Sénior um dos seus pontos altos, o projeto de educação para as Tecnologias de Informação e Comunicação "Clique sem Idade" e a dinamização de ações de informação sobre o Cartão Municipal Idade Maior.

Os programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens são um importante apoio às famílias e integram a estratégia desenvolvida, para e com a população juvenil, que aposta na criação de espaços de aprendizagem, criatividade e participação cívica. São, também, exemplo projetos como o "Março a Partir" (que viveu a sua 23.ª edição), o concurso de bandas amadoras de Palmela Warm Up "Março a Partir", o REAJ – Recursos de Emprego e Aprendizagem para Jovens ou o Fórum Juventude.

Consciente do imprescindível trabalho desenvolvido pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, o Município é um parceiro empenhado e procura estar disponível, na medida das suas possibilidades, para a construção de soluções que vão ao encontro das necessidades destas estruturas e dos seus públicos. Além da participação na Rede Social de Palmela, foram atribuídos apoios de valor superior a 44 mil euros e celebrados Contratos de Comodato com o Núcleo da Liga dos Combatentes de Pinhal Novo, relativo à cedência de um edifício no Monte do Francisquinho para instalação da sede, e com a Questão de Equilíbrio – Associação de Educação e Inserção de Jovens, para uma cedência de terreno na Quinta Tomé Dias, em Palmela, para instalação do Espaço Verde Aventura. Consideramos, ainda, de particular importância o Protocolo de Cooperação Financeira estabelecido com a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano (ARPIBA), com vista à construção de um Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário no Bairro Alentejano, freguesia de Quinta do Anjo.

O Centro Histórico de Palmela é um núcleo urbano vivo e rico em património, assumindo-se como um dos principais cartões de visita do concelho e pólo de atração turística. A sua reabilitação tem sido uma prioridade do Município, que continuou a trabalhar, em 2017, na proposta de Operação de Reabilitação Urbana para a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e desenvolveu um conjunto de candidaturas no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana, tendo sido submetidas as referentes à requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, do edifício PAL e do antigo edifício da GNR, que acolherá o Centro de Investigação do Património Cultural de Palmela. Deu-se, também, início à requalificação da Rua Serpa Pinto e foi apresentada uma candidatura ao programa "Valorizar o Turismo de Portugal", com vista ao reforço do sistema Wi-fi e alargamento ao Castelo, Miradouro e Serra do Louro. O esforço do Município tem passado, ainda, pela criação de incentivos fiscais à iniciativa de particulares na conservação e reabilitação do edificado e no arrendamento jovem, com reflexo na dinamização do tecido urbano.

No âmbito da gestão do território, e a par dos trabalhos em curso de revisão ao Plano Diretor Municipal, foi publicado o Plano de Pormenor dos Bacelos, em Quinta do Anjo, constituindo-se como um importante auxiliar na preservação do núcleo histórico da aldeia e no ordenamento do espaço público.

Também no quadro da qualificação e ordenamento do espaço público, é crucial potenciar a sua fruição por parte da comunidade, em momentos de lazer, atividade física e convívio e contribuir para a capacidade de atração de visitantes e de investimento. Entre as múltiplas intervenções concretizadas em 2017, são de assinalar a instalação das estruturas de interpretação da paisagem no percurso entre Palmela e Quinta do Anjo, no âmbito do projeto "Serradourocubo", a qualificação da praça da Urbanização Quinta de Matos, em Pinhal Novo, a remodelação da envolvente ao sobreiro monumental de Águas de Moura e a

requalificação dos espaços exteriores da Terra do Pão, obra que veio favorecer a ligação entre o Centro Histórico e a zona nova da vila de Palmela.

O espaço público foi, também, enriquecido com novos equipamentos de ginástica ao ar livre no Sobral de Quinta do Anjo e nos jardins da Salgueirinha, do Padre Nabeto e de Cabanas, e com a reabilitação dos Espaços de Jogo e Recreio de Monte Novo Poente e Nascente e Vila Serena, em Pinhal Novo, e ainda do jardim Ferreira da Costa, em Poceirão, numa intervenção conjunta com a União de Freguesias.

A intensa atividade cultural do concelho estendeu-se a diversas áreas e teve no movimento associativo um parceiro de excelência, que o Município apoiou, por via do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo e do estabelecimento de protocolos. O estudo do património arqueológico e etnográfico do concelho é um trabalho de continuidade e contribui para um melhor conhecimento da nossa História e identidade, desenvolvendo as nossas equipas trabalho de referência nacional e internacional, presença assídua em seminários e publicações da especialidade. O Castelo de Palmela continua a ser alvo de particular atenção por parte do Município, que desenvolveu os procedimentos necessários à concretização da "Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas no Castelo de Palmela", submeteu uma candidatura no âmbito do projeto CAFA, com vista à criação de um percurso acessível e realizou obras nos terraços da Praça de Armas e da Casa Capelo.

Foram produzidas e inauguradas as exposições "Oficina de Latoaria de Jorge Reis" e "A PIDE em Pinhal Novo. Para que a memória não esmoreça" - esta última, acompanhada do lançamento do livro com o mesmo nome e de uma sessão de homenagem aos presos políticos de Pinhal Novo - e deu-se início ao trabalho de conceção do Núcleo Museológico Ferroviário, que deverá abrir em 2018, na antiga estação de Pinhal Novo, cujo contrato de sub-concessão foi celebrado com a Infraestruturas de Portugal. O projeto "Álbum de Família" teve continuidade na freguesia de Pinhal Novo e foi preparada a edição a dinamizar, este ano, em Quinta do Anjo.

O Festival Internacional de Gigantes foi um dos pontos altos da programação cultural, momento de festa e celebração da cultura de raiz popular e comunitária, que também teve expressão em iniciativas como as Janeiras e a Queima do Judas, em Palmela, a Noite de Serenatas, em Poceirão, ou as Noites na Fonte, em Águas de Moura. De igual modo, projetos anuais, como o Encontro Concelhio de Folclore, o Encontro de Cante Alentejano, o Festival Internacional de Música "Palmela Terra de Cultura", a Sinfonia Palmela ou o Ritual Almenara (em parceria com o Município de Lisboa, num intercâmbio de promoção dos Castelos de Palmela e de S. Jorge) contribuíram para a divulgação da identidade do concelho e da sua dinâmica. Os equipamentos municipais cumpriram diferentes papéis, acolhendo artistas e espetáculos de renome e dando espaço aos grupos de teatro, escolas de música, associações juvenis, companhias de dança e instituições locais.

As múltiplas festas de carácter anual que preenchem o riquíssimo calendário de eventos do concelho continuaram a contar com o apoio do Município aos níveis logístico, técnico e de divulgação, tendo as de maior dimensão (Festa das Vindimas, Festas Populares de Pinhal Novo, Festas de Todos os Santos, Festas de S. Pedro da Marateca, Festas em Honra de S. Gonçalo e Mercado Caramelo) sido apoiadas, também, financeiramente.

A Feira Medieval de Palmela manteve a sua trajetória de crescimento, pautado pelo grande envolvimento da comunidade e rigor histórico e constituindo-se, já, como um dos maiores eventos de recriação histórica do país.

Na área desportiva, além da manutenção dos diversos Programas de Desenvolvimento Desportivo, que têm vingado no concelho, o estabelecimento de parcerias com o movimento associativo permitiu continuar a trilhar um caminho de sucesso na promoção das modalidades e melhorar as condições de trabalho dos clubes, nomeadamente, ao nível dos equipamentos e das instalações. É de salientar a realização da primeira edição da prova internacional de ciclismo Clássica da Arrábida e o acolhimento de uma meta volante da Volta a Portugal em Bicicleta. Em 2017, o Município participou, também, na organização dos Jogos do Futuro da Região de Setúbal, a maior festa do desporto popular da região.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A conclusão, por parte da Simarsul, do sistema de drenagem de águas residuais em Brejos do Assa veio permitir a ligação da rede em baixa, municipal, concluída há vários anos. Teve continuidade o reforço da infraestruturação do território, destacando-se a obra na Rua Dr. José Afonso e na Travessa do Limoeiro, no Bairro Alentejano, o projeto para a infraestruturação da Lagoinha (2.ª fase), a ampliação da rede de águas residuais domésticas com novas redes no Bairro Assunção Piedade, no Monte do Francisquinho e no Vale da Vila, o prolongamento da rede de drenagem de águas residuais pluviais em Pinhal Novo e no Bairro Assunção Piedade e a ampliação e remodelação das redes de abastecimento de água nas freguesias de Palmela, Quinta do Anjo e Pinhal Novo, com ligação dos furos de Fonte da Vaca ao reservatório da Cascalheira.

No que respeita à rede viária municipal, foram muitas as empreitadas concluídas no período em apreço, destacando-se novas pavimentações nas ruas Joaquim Gomes Romão (Poceirão), da Escola (Olhos de Água), dos Leandros (Lagoa do Calvo), 5 de Outubro (Pinhal Novo), Constantino Loureiro (Poceirão), Joaquim Maria Branco (Pinhal Novo), 5 de Outubro (Cajados) e na Azinhaga Mata Mouros (Palmela). Foi, também, concluído o troço de ciclovias da ligação intermodal Pinhal Novo sul e preparada a intervenção de fundo na zona de Vila Amélia até ao limite do concelho, candidatada a fundos comunitários no âmbito do projeto intermunicipal HUB10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial.

O Município continuou a desenrolar o processo de regularização da Ribeira da Salgueirinha, que teve, em 2017, uma fase de intenso trabalho interno e de negociação com entidades envolvidas

e proprietárias/os. Esta é uma obra estruturante para o território e de grande valor para o ambiente, área onde temos apostado na sensibilização para a adoção de medidas mais sustentáveis e para a proteção do património natural. São de assinalar as comemorações da Semana Europeia da Mobilidade e dos dias mundiais da Floresta e da Floresta Autóctone, com a plantação de árvores em espaço público e nas escolas, e a implementação da Horta Comunitária de Quinta do Anjo.

A eficiência energética é outra das vertentes do trabalho de defesa ambiental e o Município continua a implementar o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela. Foi obtida a certificação do Cineteatro S. João e da Biblioteca Municipal de Palmela e tem sido desenvolvido um amplo esforço de atualização da iluminação pública e em edifícios municipais, com tecnologia LED, com maior tempo de vida útil, menos emissão de gases com efeitos estufa e consumos substancialmente mais baixos. Neste sentido, efetuou-se, também, a adesão ao projeto EduLux, para estender esta ação às escolas do primeiro ciclo. No campo da sensibilização junto da comunidade, concluiu-se o primeiro ciclo da iniciativa EcoFamílias e, junto do tecido empresarial, foi lançado o EcoEmpresas, que promove a redução de taxas para aquelas que se distinguem pela eficiência energética demonstrada.

O Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela manteve o seu trabalho, com vista ao bem-estar animal, e abriu as suas portas com dois dias para divulgação da sua atividade e promoção das campanhas de esterilização e adoção. Foi efetuada uma experiência-piloto com gatos de Palmela e Pinhal Novo, que foram esterilizados e devolvidos às suas colónias.

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

O forte calendário de eventos, a dinamização e qualificação de projetos relacionados com o património cultural e natural, a promoção dos produtos locais de qualidade e o reforço do relacionamento com os agentes locais, empresas e entidades do setor foram fatores determinantes para a projeção crescente da marca Palmela e para o aumento da procura turística, que alcançou números sem precedentes. Presenças institucionais em certames como a Bolsa de Turismo de Lisboa e iniciativas como o Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos em Fernando Pó, a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, o Fórum Turismo, o Palmela Wine Jazz, o projeto "Palmela, Experiências com Sabor!" e o programa de animação "Viva o Natal em Palmela" demonstraram, uma vez mais, a sua pertinência no âmbito da estratégia de desenvolvimento local.

A adesão ao projeto "Portugal in 150 Seconds" conduziu à produção de um vídeo, que apresenta os nossos principais recursos turísticos, previamente selecionados pela população, e à sua difusão através de parceiros como a TAP, a Rede de Expressos e a RTP, junto de um público estimado em milhões de pessoas, numa importante ação de posicionamento do concelho.

No ano em que se concluiu a qualificação da sede da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, a Rota das Vinhas do Pó conheceu um novo impulso, confirmando a vocação da localidade enquanto aldeia vinhateira. Destaque, também, para o lançamento de novos produtos, como o Roteiro do Património Religioso do Concelho de Palmela, e para a primeira edição das comemorações do Dia da Agricultura e do Mundo Rural, que sublinharam, uma vez mais, as raízes rurais do concelho e a sua importância económica, ambiental, patrimonial e identitária.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 41,9 milhões de euros, correspondem ao valor mais alto do quadriénio 2014/2017 e apresentam uma taxa de execução de 101,4 %, a terceira mais elevada desde 2008. Comparativamente a 2014, as receitas aumentaram cerca de 2,2 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 19,3 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 46,1% do total da receita arrecadada.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução positiva significativa (36,4%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2016. O acréscimo registado (+254 mil euros) decorre em grande medida do facto de a Setgás ter pago as taxas de ocupação de subsolo correspondentes ao ano 2016, em 2017, apesar de a autarquia ter faturado no início de dezembro de 2016 as respetivas taxas.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um acréscimo significativo de 88,6%, (+1 milhão de euros) em comparação com o valor de 2016. Este aumento deveu-se à transferência de dívidas de juros de mora de processos de execução referentes a anos anteriores de IMI e IMT (1,2 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento 3,7%, (+ 352 mil euros), resultante, no essencial, do valor recebido com a faturação da água e respetivas tarifas associadas (saneamento e resíduos sólidos) (+463 mil euros).

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 41,5 milhões de euros, mais 0,6 % (+229 mil euros) que no ano transato, dos quais, 22,1 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 88,2 %.

Os indicadores de eficácia, medidos tendo em consideração o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para o quadriénio 2014-2017, sofreram uma ligeira deterioração durante o período em análise, que se fica a dever à reprogramação de algumas obras inscritas em GOP com relevância financeira, devido à sua complexidade.

De referir a melhoria considerável dos rácios de eficiência e produtividade com o peso das despesas afetas às GOP (Grandes opções do Plano) a aumentar de forma significativa em

relação à despesa total, 45,1% para 53,2%, e em relação às despesas com pessoal, de 98,0% para 124,0%, ainda que se deva assinalar uma ligeira deterioração em relação ao ano anterior.

Nos rácios de meios humanos, só a relação entre o número de habitante por trabalhadores se verificou uma evolução positiva, os restantes, em virtude do aumento dos custos do fator trabalho devido à reposição dos cortes efetuados durante o período de assistência financeira ao país, sofreram uma ligeira deterioração, apesar da redução do número de trabalhadores. Ainda assim importa sublinhar que estamos perante variações com fraca expressão: em 2017 a cada trabalhador/a correspondiam 71,9 habitantes, enquanto em 2014 correspondiam 71,0 habitantes; no que respeita às despesas com pessoal este valor aumentou por habitante de 276,2 euros, para 277,6 euros, enquanto o valor médio do custo por trabalhador aumentou de 19.606 para 19.965 euros.

As despesas com pessoal, relativas a um total de 892 trabalhadores/as (menos 5 que no ano transato), representam 17,8 milhões de euros, um acréscimo de 1,9 % face ao ano anterior. Este aumento é resultante, no fundamental de disposições legais tais como a reversão da redução remuneratória, atualização dos vencimentos dos/as trabalhadores/as (RMMG – retribuição mínima mensal garantida), encargos com saúde, seguros e prestações sociais.

A Aquisição de Bens de Capital – Investimentos, registou um acréscimo de 4,9% (em termos absolutos, +184 mil euros) o que representa o valor mais alto, em termos absolutos, no quadriénio (3,9 milhões de euros), e uma taxa de execução de 61,5%.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 14,6 milhões de euros, comparativamente ao ano 2016, aumenta 2,6% em 2017 (+366 mil euros), devido, no fundamental, ao esforço na remoção de resíduos sólidos e limpeza urbana.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2017, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 2,1 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 925 mil euros ao acordo de pagamentos estabelecido com o fornecedor Simarsul. Regista-se assim uma melhoria face aos valores existentes em 2016, que representavam um total de 2,9 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 7,4 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.”

Seguidamente, o **Sr. Presidente** apresenta a proposta:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2017.

PROPOSTA N.º DADO 01_08-18:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2017, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, reflete o ligeiro crescimento da receita municipal previsto na Proposta de Orçamento 2017 e GOP 2017-2020, no capítulo referente ao «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental». De facto, apesar de o valor arrecadado no ano, cerca de 41,9 milhões, ser o mais alto do quadriénio, estamos muito distantes dos valores arrecadados nos anos anteriores à crise financeira e económica: no quadriénio 2007-2010, o valor mais alto arrecadado foi de 49,5 milhões e a média dos quatro anos foi de 45,4 milhões, enquanto no quadriénio 2014-2017, o valor mais alto arrecadado foi o de 2017 e a média dos quatro anos situou-se nos 40,7 milhões.

Em suma, em 2017 confirma-se a expectativa de melhoria da conjuntura económica (bem expressiva no crescimento do IMT), mas com um reflexo ainda ténue nas contas no município.

Nas receitas próprias o IMT (+629 mil euros), as Taxas, Coimas e Penalidades (+971 mil euros) e a Venda de Bens e Serviços (+352 mil euros), apresentam um desempenho positivo em 2017. Em sentido inverso destacam-se o IMI (-595 mil euros) e a Derrama (-254 mil euros).

Registou-se contudo, fruto em grande medida do rigor e prudência na estimativa da receita, uma elevada taxa de execução (101,4%), a terceira mais elevada desde 2008.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 19,3 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso (46,1%) do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um decréscimo de cerca de 93 mil euros, relativamente ao ano 2016.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução positiva significativa (+36,4%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2016. O acréscimo registado (+254 mil euros) decorre em grande medida das taxas de ocupação de subsolo referentes a 2016 terem sido recebidas no início do ano 2017.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um acréscimo significativo de 88,6%, (+1 milhão de euros) em comparação com o valor de 2016. Este aumento deveu-se à transferência de dívidas de juros de mora de processos de execução referentes a anos anteriores de IMI e IMT (1,2 milhões de euros).

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 41,9 milhões de euros e uma despesa de cerca de 41,5 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de +351 mil euros a que acresce o saldo transitado de 2016 no valor de cerca de 5,8 milhões de euros, transitando para 2018 um saldo de 6,1 milhões de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 41,5 milhões de euros, mais 0,6% que no ano 2016, dos quais 22,1 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 88,2%.

As despesas com pessoal, no valor de 17,8 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 1,9% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 892 trabalhadores (menos 5 do que em 2016).

As despesas de capital-investimentos tiveram um acréscimo de 4,9% (+184 mil de euros) o que representa o valor mais alto, em termos absolutos, no quadriénio (3,9 milhões de euros), fixando-se a taxa de execução em 61,5%.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços regista um total de pagamentos no valor de 14,6 milhões de euros. Comparativamente ao ano 2016 cresceu 2,6% em 2017 (+366 mil euros).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2017, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 2,1 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 925 mil euros ao acordo de pagamentos estabelecido com o fornecedor Simarsul. Do restante, 849 mil euros dizem respeito a faturas em receção e conferência e 367 mil a dívidas com prazo inferior a 90 dias.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 7,4 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

Assim, **propõe-se** que:

- Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2017, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma,

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-lei 54–A/99, de 22 de fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam transferidos para “Resultados Transitados”.>

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2017, numerada DADO 01_08-18, intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que o Sr. Presidente fez uma explanação grande sobre as contas de 2017 e começa por dizer que isto é sempre um relatório extenso, este é o último do mandato anterior, apesar de abranger dois meses, já deste mandato, mas o grosso é, do encerrar do mandato que passou, e deixa desde já, uma nota

positiva, por voltarem à boa prática, que interromperam em 2017, a realização de uma sessão extraordinária para poderem debater este documento, que é um documento extenso e que certamente ajudará na reflexão que irão fazer. Chama a atenção para alguns pormenores, o Sr. Presidente já alertou para uns, e quer dar, numa primeira intervenção, uma nota sobre outros. Quando se fala da gerência, enfim, explicar ou confirmar, se o que foi previsto no orçamento, foi ou não foi cumprido, independentemente das justificações poderem ser ou não atendíveis. Verifica-se que relativamente à capacidade de arrecadação da receita, foi maior do que aquela que era expectável; Arrecadaram mais 1,45%, mais 600 mil euros, já não tiveram a mesma capacidade, na forma de o gastar, porque só executaram a 88%, portanto, deixaram 11% do que tinham; é certo que transita para o ano em curso, mas também é certo que, significa que resolveram mais cedo, aquilo que possivelmente tinham capacidade para resolver durante o ano de 2017; 53% da despesa estava afeta às Grandes Opções do Plano, relativamente às despesas de capital, no fundo, que é a forma de medir "o amor que a autarquia tem pelo investimento público", uma vez que a Autarquia "fala muito na sua devoção ao investimento público", mas efetivamente, o investimento público diminuiu face a 2016, cerca de 600 mil, em 2016 as despesas de capital, porque investiram, efetivamente tiveram despesas de capital de 6,8 milhões em 2016, o que representava 16,6% da despesa e só tiveram em 2017 6,3 milhões, o que representa 15,2%, em contraciclo, portanto, ao contrário, a despesa corrente foi de 35,2 milhões, superior à de 2016, que foi de 34,04 milhões de euros, e em termos absolutos a despesa corrente foi a mais elevada do quadriénio em análise, desde que iniciaram o mandato anterior. Têm uma série de rácios que, também ajudou a compreender, como se comportou ou como se comportam relativamente ao trabalho que é feito durante o ano. Têm depois, um compromisso que foi feito inicialmente, de gastar, de afetar ou de investir nas Grandes Opções do Plano 26,5 milhões de euros e só investiram 22 milhões, ou seja, menos 17% do que estava programado. O pior comportamento, foi precisamente, nos itens da segurança e da ação social, na habitação, na proteção do meio ambiente e conservação da natureza e no comércio e turismo, foram as quatro com pior execução.

Relativamente aos recursos humanos, continuam a ter uma taxa de absentismo elevado, aliás, há um aumento face a 2016, passaram a ter uma taxa de absentismo de 11,5%, quando em 2016 tinham 10,7%, aliás, estão em crescendo. Queria questionar e tendo em conta que tiveram uma mudança de Vereador com a responsabilidade pelos recursos humanos, portanto, o Vereador atual, mas certamente o Sr. Presidente que acompanha transversalmente a atividade da autarquia, poderá detalhar melhor, por que razão tal aconteceu. Salaria um fator positivo, no ano passado, havia sinalizado a grande preocupação pelo aumento dos acidentes de trabalho, este ano diminui e, é bom, é bom sinal, não só de, provavelmente melhores práticas por parte dos trabalhadores, mas também um maior cuidado e eventualmente, uma melhor formação para obviar os acidentes de trabalho, que normalmente são complicados.

Depois, numa autarquia, em que frequentemente verificam uma diminuição de pessoal, verificaram um aumento de trabalhadores em licença sem remuneração, seis, em 2016 era um e passaram para seis. Depois, perceber quantos, porque na página 271, fala-se dos contratos de emprego e inserção, fala-se da integração de um e a saída de 2, e a questão que coloca, era quantos são, no fundo, até para perceberem o grau de contributo para a inserção de desempregados na região. Mas a questão é perceber, quantos é que tinham na autarquia. Quanto às ausências, as razões das ausências de serviço, regista-se um aumento das doenças naturais, há também, um aumento das doenças profissionais, das faltas injustificadas e também por greve, o que também é natural, provavelmente dado por algum comportamento mais aguerrido que o PCP começa a ter agora, que se aproximam as eleições legislativas, ao contrário, como já se viu, diminuíram os acidentes de trabalho. Há uma diminuição, infelizmente, das licenças por parentalidade, que significa que também está a diminuir a natalidade dos nossos trabalhadores e trabalhadoras e há uma diminuição também da atividade sindical. Se bem que aqui, não percebe como é que houve um salto tão grande de ausências por atividade sindical em 2016, não vê fatores extraordinários que justifiquem isso, mas de qualquer forma em 2017 há uma diminuição, face a 2016, mas um aumento face a 2015. Quanto às ações de formação, há um aumento face ao ano de 2016, mas ainda continua aquém do número que tinham em 2014 e 2015 e, parece que era importante, refletirem e incrementarem ações de formação, não só porque ajuda na motivação e na preparação dos trabalhadores e nos serviços que se prestam às populações, como também o evitar, muitas vezes, a questão dos acidentes de trabalho.

Ainda nesta 1ª fase, mais duas questões, que vêm refletidas na página 278, a participação dos trabalhadores no "Eu participo", é fraca em termos de inquérito, há um número de participantes que presume ser a medição do número de trabalhadores que participa nas ações de divulgação e portanto, a questão presente, mas depois no que toca aos inquéritos registados e, portanto, às sugestões de melhoria, é um número mais pequeno e é muito aquém do número de trabalhadores que têm, portanto, estão a falar de 27%. Admitindo que cada trabalhador tem um único inquérito registado, porque admite que possam, alguns ser mais participativos.

Depois, a explicação, para perceber se têm alguma noção da diminuição da utilização da loja móvel do cidadão, que diminuiu, não é muito significativo, mas tem vindo a diminuir, subiu um pouco face a 2015, face a 2014, mas agora tem vindo a diminuir e perceber se a maioria encontra alguma ou se tem alguma explicação que possa dar sobre esta matéria.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e refere que leram atentamente o relatório que foi entregue, bastante extenso e completo. Começa por uma pequena análise do ponto de vista contabilístico, analisando a demonstração de resultados da prestação de contas, assim como o balanço que foi apresentado, podem perceber que a autarquia encerra o ano com um resultado líquido negativo de perto de 2 milhões de euros, contrariando o resultado do ano

anterior, que encerrou com um resultado de 455 mil euros positivo, apesar deste cenário também se refletir em termos de balanço, com o acréscimo do ativo, o impacto é mínimo, contrabalançado o passivo, contudo, e voltando à demonstração de resultados, consideram que este resultado, deverá ser tratado com alguma prudência, pese embora o cumprimento apresentado, o equilíbrio orçamental como o Sr. Presidente referiu, da análise que fizeram, há 3 valores que chamam a atenção e que estão nitidamente a interferir com este resultado da demonstração de resultados. São eles, em termos de custos e perdas extraordinárias há um aumento de 615 mil euros, que vem incrementar os custos; há uma diminuição de cerca de 122 mil euros em termos de proveitos e ganhos financeiros e há uma diminuição gigantesca de 2,3 milhões de euros nos proveitos extraordinários, isto tudo face ao de 2016. Consideram que estes três valores são fulcrais para este resultado, e por isso, acham que seria pertinente e oportuno solicitar algumas explicações do porquê desta oscilação, do ano 2016 para 2017. Por outro lado, obviamente que está aqui uma rubrica, que são as provisões do exercício, que acentuam ainda mais e que fazem com que este resultado fique negativo, como se sabe, as provisões, as provisões utilizam-se no sentido de incrementar custos; Custos, esses, que ainda não existem, mas que se sabe que irão tê-los no ano seguinte e, por isso, eles aparecem nas demonstrações de resultados. Estamos a falar de provisões de mais de um milhão de euros e que tentaram perceber do que se tratava e não conseguiram, portanto pedem também, alguma explicação relativamente a isto. São questões meramente contabilísticas, mas consideram que é importante para todos perceberem, porque este resultado líquido merece alguma atenção. Se não considerarem as duas contas de proveitos que já referiu, estas grandes oscilações, os documentos, todos os documentos mostram e, como o Sr. Presidente também já referiu, um aumento de receitas do ano passado para este ano e também aqui, realçam o papel do Estado, que contribuiu para este aumento com o aumento de transferências do Orçamento do Estado, como já referiu, na ordem dos 19%. Perante estes números, agradeciam uma explicação.

Refere um pormenor e de uma análise mais fina que fizeram aos valores que foram apresentados, gostariam de discutir a razão pela qual alguns valores apareceram. Repararam que durante o ano 2017, a autarquia despendeu na Associação de Municípios da Região de Setúbal, mais de 123 mil euros. Consideram que é um valor que se distancia muito das outras Associações, às quais o município pertence, por exemplo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses que despende 6 mil euros ou da grande Área Metropolitana de Lisboa que despende 24 mil euros. Estão certos, que o trabalho que é desenvolvido quer na Associação Nacional de Municípios Portugueses e, principalmente, na Área Metropolitana de Lisboa, é de longe, muito mais profícuo e de uma maior mais-valia para este Concelho e estão a falar de uma diferença de 100 mil euros entre as associações e, por isso perguntam se continua a justificar-se este encargo anual da autarquia.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, está apresentado uma grande percentagem média de execução, na ordem dos 83%, o que significa que têm uma execução financeira bastante

controlada e que só é possível, pelo modelo de gestão que se encontra em vigor. Baseia-se no fundo, em alterações periódicas ao orçamento e que, por isso permite uma execução muito rigorosa. Contudo, causa muita perplexidade e consideram verdadeiramente preocupante, que as rubricas que estão afetas à ação social, apenas foram executadas em 21% do montante previsto, aliás, parece que esta é a única rubrica cuja taxa de execução está abaixo dos 50%. Ao analisarem o relatório, depararam-se com uma carência de intervenções nesta área verdadeiramente preocupante. Por exemplo, no relatório podem saber que, na área do apoio ao cidadão deficiente, foi realizado um festival, tendo sido a única atividade desenvolvida na área do apoio ao cidadão deficiente, nada mais foi identificado neste concelho, em prol desta temática. Depois a atividade concernente à CPCJ, que julgam não tratar-se de uma verdadeira atividade do município, como já tiveram oportunidade de discutir em outras reuniões, prevenção e combate à violência, foi a única atividade que encontraram no relatório sobre esta temática foi a aprovação de uma moção em reunião de Câmara. Relativamente à unidade de acompanhamento de famílias vítimas de violência doméstica, a única atividade, foi uma colaboração por parte da autarquia com a CEIS, com uma proposta de intenções apresentada para criação de uma unidade de atendimento. O CLASP - Conselho Local de Ação Social de Palmela, destaca-se uma candidatura realizada num consórcio de instituições, ao qual o CLASP, numa 1ª fase nem teve um grande envolvimento, até pela própria orgânica da candidatura e destaca-se o trabalho do CLDS e do Fórum Social de Palmela. A única área que encontraram minimamente desenvolvida, foi efetivamente o programa municipal de apoio à pessoa idosa, com uma série de atividades que foram desenvolvidas e que congratulam o município, contudo, infelizmente, isto espelha um pouco, o cenário real deste território. E não estão a falar de demagogia, é um relatório de atividades que está apresentado e são factos concretos que estão aqui explanados e, por isso, termina, dizendo que é urgente que este executivo perceba, que a implementação destas medidas sociais de âmbito local, tem de ser vista com uma área de intervenção realmente prioritária, afetando mais recursos, criando sinergias locais, para que se invista neste domínio social de forma como ela merece e, principalmente como ela precisa.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e começa por fazer uma pequena inflexão sobre a área do atendimento municipal, que foi referida também pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o que preocupa o PS, não é o diminuir do número de atendimentos presenciais, aliás, considera um indicador de diálogo que está por fazer é, o facto de estes números presenciais em relação ao que é o posto de atendimento municipal, tendencialmente estarem a aumentar. Nos tempos de hoje, seria de sugerir que estes números tivessem a diminuir face ao que são os outros tipos de atendimento, em online, as aplicações, portanto, em todas as organizações que desenvolveram estas formas alternativas de atender munícipes, com mais conforto para o munícipe, maior sistematização para os serviços e todas as vantagens destas plataformas digitais, seria de esperar que o atendimento presencial nos balcões, começasse paulatinamente a diminuir. Há aqui uma exceção da Quinta do Anjo, mas está identificada

como sendo uma das questões em que tinha que ver com a valência de atendimento do urbanismo e que foi retirada desse posto de atendimento, portanto, traduziu-se, numa quebra. Esta falta de desenvolvimento no que diz respeito dos serviços online do próprio site e na produção de aplicações específicas que possam substituir o atendimento, tem também a ver com mais um dos desperdícios de investimento, que podia servir para investimento e que diz respeito ao que se investe todos anos, cerca de 40 mil euros na península digital, que é mais uma valência de apoio à Associação de Municípios da Região de Setúbal, é um projeto que já teve o seu sentido no ano 2003, salvo erro, quando se fazia os postos de Internet, mas que hoje em dia, não justifica o investimento anual e que no entendimento do PS não se traduz na capacidade atual do site, nem no desenvolvimento que não existiu, ainda, de aplicações que possam substituir o atendimento ou da relação com os municípios. Refere que vai ouvir falar de umas tecnologias via Bluetooth, com umas antenas no centro histórico, mas as aplicações que refere, são as aplicações que já todos, provavelmente, tiveram contactos até em programas de televisão, nomeadamente em algumas juntas em Lisboa que, de facto, estabelecem outro nível da relação entre o município e a administração, portanto, estes números dos atendimentos presidenciais não surpreendem, seria expectável que diminuíssem em relação balcões, tirando pressão desse *front-office*, tudo isso com o conforto, como é óbvio para o município, que poderia fazer isso às horas que chegasse a casa, que não tem que dispor do tempo, em horários laborais para ir aos balcões de atendimento tratar dos assuntos que são do seu interesse. Depois, em termos de atividade municipal e deixando aqui uma questão, que julgam ter que ver com algum processo de candidaturas ou de obras e equipamentos municipais na área da Cultura, há uma discrepância grande entre a dotação inicial e o que, de facto, foi executado, pelo que queriam confirmar se, de facto, tinha a ver com as obras que estavam previstas no Cineteatro São João para o ano 2017 ou se alguma coisa lhes está escapar, aqui nesta análise.

O **Sr. Presidente** refere que antes de responder, comentar e até fazer o contraditório de algumas questões que foram colocadas, gostaria que o Sr. Vereador Adilo Costa pudesse dar a sua visão sobre a questão da ação social e depois prosseguiria.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que gostaria de abordar a obsessão, aliás, aquilo que lhe parecer ser uma obsessão pelo défice, no caso do Sr. Vereador Paulo Ribeiro sobre, o que são despesas de capital e despesas correntes, na questão da Educação, e pondo de parte as intervenções de fundo que estão a executar no território, em relação à reabilitação de algumas escolas, nomeadamente as ampliações da Escola de Aires, Matos Fortuna na Quinta do Anjo, as requalificações da Escola de Águas de Moura e de Cabanas, têm todo um conjunto de intervenções de atividade ao longo do ano, que são despesas correntes. Esta obsessão, o tal "amor" que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro só vê para as despesas de capital também têm que ver, para as despesas correntes. Se na área da educação gastaram 3,3 milhões de euros ou seja 24,49% das funções sociais, significa que em termos de

despesas correntes, aquilo que diz e, já nem fala das despesas de capital em relação aos equipamentos municipais, mas aquilo que diz respeito às despesas correntes, estão a cumprir as obrigações e vão muito além, daquilo que são as competências da Autarquia e que não há outra forma, porque não há outro tipo de contabilidade, outra forma de imputar, que não sejam às despesas correntes e espera que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro compreenda que todas essas despesas são importantes. O programa de alimentação escolar, o facto, de levar 2900 refeições diariamente às crianças, atingindo um universo de 91,108% das crianças do pré-escolar e do 1º ciclo, a questão da fruta escolar, alargando um acordo que houve e que o Ministério da Agricultura para que de modo próprio, seja a própria autarquia a levar também ao pré-escolar, o fornecimento e distribuição de duas peças de fruta por semana às crianças do pré-escolar. Os transportes escolares porque, nunca é de mais recordar, que são os campeões nacionais e aqui um alerta para alguma comunicação social, campeões nacionais nos transportes escolares, para não chegarem à conclusão que são os campeões nacionais na educação, ou seja, como diz nos documentos que foram apresentados 742 mil euros em despesas a fornecedores, de resto perfazer 1.035 mil euros nas próprias despesas com a frota municipal, que também conta e que muitas vezes, é parte invisível nesta e em outras áreas, não são contabilizadas, mas elas estão cá. Quando tiverem implementada a contabilidade analítica em toda a estrutura, com certeza, será mais fácil analisar e discutir este tipo de questões.

Relativamente à componente socioeducativa e só falando em despesas correntes, esta componente faz uma cobertura de 76% às crianças do pré-escolar, em que o escalão mais baixo é de 2 euros e 75 cêntimos e que os dois primeiros escalões, representam 41,85% das crianças. Aproveita e por acréscimo, responde à Sra. Vereadora Mara Rebelo, que está a falar em despesas correntes e está também a falar em ação social, em intervenção social, de uma outra forma, mas é intervenção social, pois estão a apoiar estas crianças, que de outra forma as famílias não poderiam ter a possibilidade de as ter no pré-escolar e no 1º ciclo, pelo que isto é intervenção social e é contabilizada de outra forma, são critérios e considera que os critérios estão corretos. As refeições gratuitas no âmbito da ação social escolar, beneficiam desta ação social escolar 1217 crianças, lá está, despesas correntes em ação social. A questão de manterem o apoio de 65 euros por aluno, neste ano letivo, já depois de o Governo ter acolhido a proposta do PCP sobre a gratuitidade dos manuais no 1º ciclo, mas ainda assim não retiraram a comparticipação municipal, porque, infelizmente, como sabem as fichas de atividade, os cadernos de atividade, aumentaram exponencialmente e se não fosse a Autarquia a colmatar essa discrepância, continuando a aumentar as crianças, acrescentando também, com o remanescente entre os 45 e os 65 para as visitas de estudo. O programa de fornecimento de alimentação a alunos carenciados, durante as pausas letivas e, a capacidade que tiveram, em território rural, para que as crianças do pré-escolar, tenham o transporte gratuito, onde não há nenhum decreto-lei, portaria ou diploma legal que obrigue a isso e o Município de Palmela está a fazê-lo. Atribuição de apoio financeiro ao funcionamento das escolas, foi uma opção do

executivo, 8 euros por aluno que, no fundo, representa bastante para as escolas, em projetos como "Fantasiarte", o "aprender a nadar", o "desporto escolar", o "aprender a jogar", a Câmara de Palmela é o único município que faz isto para o 1º ciclo, para o 3º 4º ano do 1º ciclo.

Considera que sobre o que pretendia explicar, relativamente às questões colocadas, sobre a Educação, está bem plasmado que são despesas correntes, mas que são despesas correntes muito úteis e que configuram uma opção que têm vindo a servir os municípios, nomeadamente, aqueles que são mais carenciados.

Relativamente às questões colocadas sobre a ação social, pelo Srs./a Vereador Paulo Ribeiro e Vereadora Mara Rebelo, os valores que foram apresentados, evidentemente, que não são altos, mas esta percentagem é falaciosa, porque em relação a esses valores, representa o que o PRIA, que é um projeto que a Câmara Municipal se candidatou, ainda não tem aviso, não foi aprovado para poder avançar, portanto, teve que transitar e, o apoio à ARPIBA, o apoio financeiro à Associação de Reformados do Bairro Alentejano transitou para este ano, portanto, reconhece que os valores não sejam elevados em termos de percentagem, de cumprimento menor. Mas não é só dos valores que estão plasmados na Prestação de Contas que reside a ação social da autarquia. A Sra. Vereadora Mara Rebelo falou no programa de apoio às pessoas idosas, é evidente que é um programa que está a crescer e cada vez tentam que haja uma maior cobertura, que não seja apenas em outubro, pelo mês da pessoa idosa, e tentam que alcance um conjunto de intervenções que correspondam às necessidades das populações. Neste âmbito também, estão a decorrer atividades de animação social e recreativa dentro de um projeto que se chama "histórias, memórias e percursos, entre gerações", que procura que os idosos não estejam isolados, mas sim corresponda sempre à sua relação com toda a população, nomeadamente os mais jovens. Têm trabalhado muito e têm dezenas de atividades e programas, nesse sentido.

Em relação à questão do cidadão deficiente, quando a Câmara cede mais do que um auxiliar de ação educativa dentro das escolas, nomeadamente nas escolas que têm projetos de multideficiência, no autismo, o que é que estão a fazer, estão a apoiar iniciativas, colóquios, como foi o do "Inovar Autismo" e dos projetos que com eles estão a construir, a continuação do Festival ExpressArte, é uma atividade de há muito tempo, que a Câmara em conjunto com outros municípios da Península de Setúbal fazem.

Na Unidade de acompanhamento de famílias vítimas de violência doméstica, têm tudo lançado internamente, falta a candidatura da CEI's – (Contratos de Emprego de Inserção) ser aprovada. O trabalho desenvolvido no CLDS-3.^a Geração, que apesar de ter levantado algumas questões sobre o tipo de apoio que a Câmara Municipal poderia conceder, a verdade é que é, um conjunto enorme, para além do que foi feito no CLASP, há um conjunto de apoios que a Câmara Municipal proporciona, como a cedência de instalações municipais, no CRJ da Quinta do Anjo, na sala polivalente da Biblioteca de Municipal de Palmela, no Centro Cultural do Poceirão,

no Centro Comunitário da Águas de Moura, para a realização de um vasto conjunto de projetos. A cedência de materiais de projeção, a cedência de viaturas, tudo isto contabilizado, em termos de custos, é a parte “invisível” em termos de apoios e solicita que da parte da Vereação, haja um sentido de humildade, para que em termos de avaliação de outras questões que estão internalizadas, portanto, são custos que a Câmara Municipal assume e que não aparecem plasmados neste relatório de gestão.

Para concluir e relativamente à questão colocada sobre os recursos humanos, refere como fator positivo, que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro reconheceu e ainda bem, que se tenha registado uma redução dos acidentes de trabalho, mas refere que em relação às greves, como referiu, não podem aceitar a argumentação do Sr. Vereador, porque para já 2017 não foi ano de eleições legislativas, e se forem ver nessa perspetiva, se calhar, sairiam prejudicados, ou seja porque se “impusessem aos trabalhadores, para estarem quietinhos porque vão haver eleições autárquicas”, e não foi isso que aconteceu, os trabalhadores têm a sua autonomia, sabem muito bem o que querem, e não dependem da Câmara Municipal de Palmela, nem dos eleitos, decidir esta ou aquela medida, portanto, considera que esse tipo de afirmações menos corretas, são deselegantes, nomeadamente neste caso concreto, para os trabalhadores da Câmara de Câmara Municipal de Palmela. Relativamente às ações formação e para finalizar, informa que se registou um acréscimo em relação a 2016, sobretudo nos serviços operacionais, para os trabalhadores das áreas operacionais há um acréscimo significativo de ações de formação e mais, caso a caso e conforme as necessidades da Câmara Municipal, foram procurar ações de formação externas.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta os presentes e refere que a análise das contas e a atividade em 2017, permite a cada munícipe, a cada instituição, a cada eleito avaliar se os objetivos que o município traçou, em devido tempo, foram ou não cumpridos, foram ou não aqueles que nortearam a sua ação e aquilo que, no seu entender, podem dizer nesta altura, é que o município de Palmela passou neste exame com nota alta. A Câmara Municipal de Palmela revela, neste documento, que o município goza de boa saúde financeira, com uma gestão positiva que revela rigor, exigência, transparência, capacidade de investimento, estratégia e visão de futuro. O município está num novo ciclo de crescimento, num novo ciclo de investimento, fruto da sua capacidade de antecipar também, as necessidades do território, de construir candidaturas a fundos comunitários que se traduzem em projetos estruturantes para o território, muitos dos quais já em execução, outros que se iniciarão em breve. É importante referir que esta rede de cooperação e parceria, que faz parte da gestão pública participada e que tem sempre norteadado este município, é uma rede que tem funcionado bem, com todos os agentes económicos, sociais, culturais do concelho de Palmela e que tem contribuído para que este território seja, um território onde apetece cada vez mais, viver, trabalhar, e visitar.

Relativamente ao que foi referido sobre a Associação de Municípios da Região de Setúbal, refere, com todo o respeito pela Sra. Vereadora Mara Rebelo, que na análise à atividade da AMRS, apresenta uma visão algo turva, talvez por desconhecimento, porque acaba por comparar o incomparável, ou seja, comparar a atividade da Associação de Municípios da Região de Setúbal, com a atividade da Associação Nacional de Municípios Portugueses e até com outra associação com uma aquela que referiu e crê que são comparações que não podem ser feitas, porque o seu âmbito de intervenção é diferente, é distinto e, naturalmente, o esforço financeiro do município, dos municípios, nesses espaços de concertação, de reflexão e parceria são esforços, naturalmente, distintos. Recorda apenas alguns projetos que têm balizado a intervenção da AMRS, que são projetos muito importantes para a região, desde a candidatura à Reserva da Biosfera, aos "Jogos do Futuro" que envolvem milhares de jovens, em várias modalidades desportivas, por toda a região; desde o próprio documento orientador da atividade da Associação de Municípios da Região de Setúbal, o PEDEPES (Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal), que contou com o contributo de todos os agentes sociais, culturais e económicos da região, num esforço de mobilização que foi feito para terem uma visão para esta região projete para o futuro, como o projeto "Dar de Volta" com oferta de livros escolares e tendo a Sra. Vereadora falado sobre as questões sociais, este projeto pioneiro foi desenvolvido pela AMRS, que permite ofertar livros escolares a famílias carenciadas. Refere também, as atividades que são desenvolvidas na Quinta Pedagógica, visitada por milhares e milhares de crianças todos os anos. Portanto, é também um contributo muito importante para a região, para os municípios da região, para a comunidade educativa e para as crianças. A atividade que é desenvolvida também pelo Museu de Etnografia e Arqueologia; O Festival da Liberdade que envolve dez Associações Juvenis, milhares de jovens num conjunto muito alargado de iniciativas e que tem vindo a ser descentralizado, este ano acontecerá em Alcochete e, que tem tido a capacidade de envolver milhares de jovens na sua concretização. A própria recuperação parcial do Convento de Alferrara. Enfim, acredita que a AMRS, dispensa apresentações porque tem desenvolvido ao longo dos tempos um trabalho notável e, só por miopia política, ou puro preconceito ignorar e não reconhecer o meritório trabalho que é desenvolvido por esta Associação.

Relativamente à loja móvel do cidadão, refere que estão perante um projeto pioneiro, um projeto pioneiro no país e que foi distinguido como sendo, uma boa prática da Administração Pública, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Os prémios que o Município de Palmela venceu com este projeto e se os senhores desconhecem, pode dizer quais foram. Foi um projeto que teve o condão de aproximar o município dos seus cidadãos, de levar os serviços municipais até localidades do território de Palmela, onde há dificuldades por parte de muita gente, de aceder ao município por falta de transportes públicos. Refere-se, em muitos dos casos, de uma população idosa info-excluída e com a viatura de atendimento móvel, tiveram a possibilidade de resolver os seus assuntos diretamente nesta viatura, e tanto assim é, que este

projeto tem mérito, foi acarinhado pela Administração Central, tanto que lançou um desafio, para a criação da primeira loja móvel do cidadão, do país. Estiveram, inclusivamente, duas Secretárias de Estado do Governo do PS, a inaugurar este equipamento, que hoje está dotado de mais serviços da Administração Central e, portanto, tudo isto valida, naturalmente, a aposta que foi feita e que foi devidamente reconhecida relativamente àquilo que são os números. Regista-se, efetivamente, uma quebra ligeira da diminuição dos atendimentos, mas sublinha um aspeto, de que está em curso a reformulação dos circuitos, o ajustamento, possivelmente da criação de novas paragens. Trata-se de um processo participado, em que os cidadãos foram ouvidos e têm tomado nota de propostas que foram feitas pelos cidadãos e também é um processo participado pelas Juntas de Freguesia, que foram contactadas para poderem dar a sua opinião, relativamente a este processo. Considera que, depois de concluído, depois destas audições, esta participação dos cidadãos e das juntas de freguesia, será possível lançarem uma campanha de promoção da viatura da loja móvel do cidadão, que irá permitir que continue a desempenhar um importante papel no território de Palmela.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que depois das explicações do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, há uma coisa que não percebe, quando o Sr. Vereador Adilo Costa referiu que os Srs. Vereadores da oposição deveriam ter mais humildade, e fez uma intervenção do princípio ao fim a auto elogiar-se. Quanto ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha, no auto elogio, até se permitiu atribuir algumas notas, mas a questão é que não criticou a loja móvel, o que perguntou foi, se houve algum motivo de perder, podia ter dito, que sendo um grande projeto, se está a ter alguma dificuldade, provavelmente por causa de algum trajeto que, se calhar não esteja a cobrir algum segmento da população. Portanto, a questão era essa, depois, ainda relativamente a algumas questões, do "Eu participo" e da participação dos trabalhadores, será o Sr. Presidente a explicar. A questão do aumento da taxa de absentismo não mereceu comentários da parte do Sr. Vereador, pelo que solicita novamente uma explicação. Relativamente ao valores da ação social serem baixos, refere que seriam mais fáceis de executar, mesmo assim, ficaram-se pelos 21%. Bem sabe que tudo o resto, quer relativamente ao investimento, quer relativamente a outras situações, os números estão escritos e lidos tal qual estão, se pretende criticar, vai ter que criticar os trabalhadores da Autarquia, que escreveram isto. Considera que na questão dos investimentos, é o que está escrito, comprometeram-se com um determinado número de investimentos e fizeram abaixo, mas a ação social era, efetivamente, uma rubrica já por si pequena, mas ficou a 1/5 daquilo que se comprometeram, sem prejuízo das outras intervenções, mas o que lhe perguntaram foi esta, não foi das outras.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que não avançou nada sobre o que o Sr. Vereador Pedro Taleço questionou, sobre Setúbal e a Península Digital e dos 40 mil euros que não se justifica esse investimento na Península Digital, mas esclarece que tiveram um esforço muito grande em termos desta área da qualidade e modernização das tecnologias de informação, fizeram investimentos na ordem dos 496 mil euros e, se no passado de facto, andaram a um pouco

arredados por dificuldades criadas pela própria crise, as chamadas de atenção dos nossos serviços foram tão fortes e o ataque informático que houve um ano passado, também foi de tal forma, que obrigou a uma outra uma atitude, mais pró-ativa. Refere ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro que consegue demonstrar humildade.

Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que se demonstra agora, alguma humildade, significa que não foi humilde anteriormente.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que houve investimento, como está plasmado na prestação de contas de 496.751 euros, em equipamentos de software e aplicações informáticas, têm vindo a fazer um esforço grande, para que os serviços online sejam mais amigáveis, porque são de tal complexos e vastos que muitos deles, não tem sido amigáveis, mas têm feito esforço nesse sentido e dizer que a colaboração com a Península Digital, vai muito para além, daquilo que está plasmado nesses 40 mil euros, que o Sr. Vereador referenciou. Estão a trabalhar para otimizar as soluções tecnológicas, vão adquirir um novo Contact Center, para gerir melhor o atendimento telefónico e permitir uma melhor gestão dos contactos dos cidadãos, para poderem responder atempadamente, assertivamente a esses contactos e estão a trabalhar com a AMA, no desenvolvimento serviço online na área do Urbanismo, trata-se de um projeto que, daqui a algumas, irão ouvir pela voz do Sra. Secretária de Estado, novidades sobre isto. E por fim também dizer, que em relação ao atendimento municipal, muitas das pessoas estão, ainda, excluídas informaticamente. É uma realidade que têm de contrariar e o esforço que fazem, mas o programa "Clique Sem Idade", não chega a esse universo de pessoas, que têm as suas necessidades e que não têm competências digitais e vão ao atendimento presencial, aliás, nota-se até agora, com a questão do IRS, o que é que está a acontecer e as dificuldades que estão a acontecer, mas têm de contrariar porque o futuro passa mesmo por aqui.

Por solicitação do Sr. Presidente, intervém o Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional que adiciona os seguintes esclarecimentos:

. É natural no município, com a estrutura de custos que tem, que dá sempre um saldo, tem sempre um resultado operacional negativo e com o balanço da forma como foi feito, com o regime de amortização que tem, é normal ter o saldo líquido negativo, aliás, o ano passado é que foi anormal. Desde o segundo ano, após terem feito o balanço, passaram a ter saldos negativos, porque o balanço é muito afetado por outras situações, basta terem que obrigatoriamente registar provisões, quer para as questões dos pagamentos duvidosos, que têm aumentado e que têm uma regra muito rígida, mais 6 meses. Basta terem o regime que tem, para terem quase sempre um saldo líquido negativo, a questão do ano passado e que é anormal, porque tivemos proveitos extraordinários e que superaram aquilo que é o défice de exploração anual, se observarem na página 250, aliás, nos capítulos 4.1 e 4.2, da página 246 à

249 tem uma extensa explicação do balanço e demonstração de resultados. A partir da página 250, poderão observar que o resultado operacional em 2016 é superado por resultados extraordinários, que de facto, foram imprevistos e é importante perceber porque é que tiveram esses resultados extraordinários. Estes resultados extraordinários decorrem, por um lado, do registo de 2016, desta questão dos juros de mora que estavam cativos há muitos anos no Governo e, portanto, registaram-na logo e isso fez subir os custos; Os custos extraordinários e os resultados extraordinários, são a diferença entre os custos e os proveitos extraordinários, que estão plasmados 246; Portanto, o que tiveram, em 2016, duas situações muito anómalas que permitiram superar o défice de operação e, este ano não. Este ano, além do mais, agravou-se, tiveram um registo patrimonial de um terreno em Pinhal Novo, tratava-se de um terreno que era único, que estava junto à Biblioteca Municipal de Pinhal Novo e só para exemplificar, porque é que contribuiu fortemente para este resultado deste ano, é que o resultado, o contributo é muito simples e, o registo deste terreno teve que ser depreciado, porque estava registado com um montante, e ao separar esse terreno único, tiveram que atribuir um valor diferente, o que levou a uma depreciação enorme. Isto contribuiu fortissimamente, para os custos extraordinários, a segunda componente que construiu para os que os custos extraordinários, foi, acolhendo a decisão do Tribunal de Contas, passar a registar provisões para efeitos futuros dos processos em tribunal, teve um impacto direto no balanço. Considera que, com a entrada em vigor do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, este ano, vai obrigar a rever o balanço inicial todo e que possam vir a ter resultados diferentes. Porque o balanço inicial, e o regime de depreciação é, de facto, muito desfavorável, porque foi o inicialmente fixado, irão contar com o SNC-AP, que vai entrar em vigor este ano, que irão ter que rever todo o balanço inicial para poderem passar a ter um equilíbrio de diferente das contas.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que relativamente à questão das provisões do exercício que aparecem na demonstração de resultados e que falou de mais de 1 milhão de euros, elas refletem investimento do ano 2018, porque as provisões de que falava das dívidas incobráveis, essas estão em balanço, mas depois, na demonstração do resultado, aparecem mesmo provisões do exercício, ou seja, encargos que vão ter em 2018. A questão que coloca é a seguinte: são obras futuras que já estão aqui consideradas, ou são mais dívidas incobráveis que poderão estar aqui consideradas?

O Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional continua a sua intervenção, dando as seguintes explicações:

. Refere que trata-se da atualização de um montante, tinham registado para efeitos futuros, um valor anual na ordem dos 200 a 300 mil euros, para os processos em tribunal e passaram a registar, cerca de 1 milhão e 200 mil euros, o que é um diferencial muito grande. Sendo certo que nos últimos cinco exercícios, as provisões registadas para este efeito, nunca foram

superadas, mas o Tribunal de Contas deu essa orientação e a Câmara Municipal acatou, naturalmente.

O **Sr. Presidente** refere que antes de passar a palavra ao Sr. Vereador Raul Cristovão, vai responder a algumas questões que foram suscitadas e que quer comentar outras tantas, complementar alguma informação que já foi prestada. Começa por responder ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, fazendo uma consideração de caráter geral, sobre a questão da execução da despesa e, refere que executar 88% da despesa, é uma média muito boa, continua a faltar o tal Anuário dos Municípios Portugueses, para ver que, de facto, estão bem, mas em todo o caso, não executaram mais, ao contrário, do que aconteceu na generalidade de alguns municípios, quer nos tempos mais difíceis, quer nos atuais, não foi por falta de capital para pagar a despesa. Tiveram que reprogramar um conjunto de obras, por razões que não conseguiram controlar, por exemplo, as questões da aprovação do projeto por parte da Tutela, não conseguem avançar mais depressa, se estão à espera de uma portaria de extensão de encargos, não conseguem avançar mais depressa, se não está fechado um processo de expropriação, recorda uma obra que está há 4 anos no Plano, que é o furo RA1 em Palmela, têm lá 110 mil euros e que não conseguem fazer a obra porque estão à espera da declaração de utilidade pública. Poderia dar muitos mais exemplos, como já referiu genericamente, algumas obras que tinham que ter o dinheiro para pagar o projeto, não fosse a aprovação da candidatura depois também aparecer e quanto maior maturidade houvesse, mais possibilidade de sucesso, mas que houve respostas, só no início deste ano e até já foi referido numa anterior reunião de Câmara que, no caso das candidaturas do PEDUS, o prazo que inicialmente estava previsto para março, está neste momento, dilatado até ao final do corrente ano, portanto, isto não se passa aqui só no município de Palmela, passa-se na generalidade dos municípios. Refere que gosta de dizer isto com alguma vaidade, porque das 25 candidaturas a apresentadas, têm 24 aprovadas e, isso é bom sinal, não estão aqui a marcar passo, não andam mais depressa, porque, de facto, há outras questões e dá mais um exemplo, muito concreto sobre esta questão, porque até mantiveram durante muito tempo em orçamento e poderiam ter limpo isso tudo, em que, fazendo uma revisão extraordinária no final do ano, na eficiência energética, não foi possível gastar as verbas da eficiência energética, seja no São João, seja na iluminação pública, seja nas escolas e nos outros lados, porque os avisos e o anúncio, só saiu posteriormente e aponta para final de abril, e só nessa altura é que vão poder entregar as candidaturas. São exemplos para poderem perceber que esta diferença entre o previsto e o executado, está muito concentrado nos grandes processos, projetos e obras e nas candidaturas a fundos comunitários. Depois, relativamente ao investimento, pode e deve continuar a dizer que aumentou e que, de facto, são muito vaidosos e querem até intensificar. Acredita que neste ano e no próximo, vai ser decisivo, pelo volume das obras e pela quantidade. Refere que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro equivocou-se na leitura dos números, consultando a página 232, como disse, o investimento não diminuiu, o investimento aumentou, a aquisição de bens de

capital, que é isso que é investimento propriamente dito, obra nova, aumentou, tem o valor mais alto do quadriénio. O Sr. Vereador fez uma conta que até percebe e que vai tentar explica a quem está a ouvir a reunião, a aquisição de bens de capital, aumentou 4,9%, as transferências de capital aumentaram 1,9%; os passivos financeiros, que são a questão da amortização do capital, descem 29,2%, comparado com o ano anterior e é pela soma disto que Vossa Excelência chegou àquele número que referiu, ao contrário do que disse, porque não pode misturar as coisas, são coisas distintas. Se quer falar de investimento propriamente dito, é aquisição de bens de capital, não é despesas de capital, são coisas distintas. Depois, o aumento das despesas correntes, não obstante a explicação que o Sr. Vereador Adilo Costa chamou à colação, refere que é normal que haja cada vez mais despesa corrente, as autarquias em Portugal vão ter cada vez mais despesa corrente e o que vai ter que ser alterado, são essas regras todas, até de classificação, porque há mais atividade, há mais despesa corrente. Se no próximo ano, vão ter mais um polidesportivo coberto, mais três espaços, um de animação turística, outro de investigação e património cultural, mais um núcleo museológico, vão ter mais despesas correntes, mas estão também a prestar um serviço à população. A vigilância, a limpeza, a eletricidade, redes informáticas e pessoal para abrir e fechar portas, tudo isso são despesas correntes e as autarquias vão ter, cada vez mais, despesas correntes, porque estão a querer transformá-las em meros prestadores de serviços, o que é mau, pelo que vem na descentralização, não apenas aquilo que pode ser efetivamente mais útil para o cidadão, mas vêm coisas que fazem as autarquias ser apenas operacionais de políticas, até de algumas com as quais não concordam, como por exemplo, transformar as Câmaras em balcões de atendimento ou de reclamação, para aquilo que os outros não conseguiram fazer e querem que as Câmaras o façam com 25 tostões. A despesa corrente não é um problema, mas a falta de pessoal para fazer face às solicitações é que é um problema, é preciso mais pessoal na limpeza, mais pessoal nos espaços verdes, mais pessoal na fiscalização, pessoal urbanismo, na informática. É normal que haja um aumento de despesas correntes, porque a atividade municipal é cada vez maior.

Quanto às questões do absentismo, é um fenómeno como teve oportunidade de verificar, que deve ser cruzado com múltiplas variáveis que estão nesse quadro, é um absentismo que, naturalmente, não tem que ver com faltas injustificadas, mas com outras situações de doença, de utilização das bonificações, mas tem que ver, de facto, com situações que não conseguem controlar e, é importante fazerem uma reflexão, por exemplo, sobre a média etária dos trabalhadores do município, é uma reflexão que têm que fazer. O município cresceu e bem, em número de trabalhadores, no início dos anos 90. A Câmara teve a sorte de apanhar uma série de quadros e de operacionais que vieram do setor privado para o setor público, porque os municípios passaram a ter novas competências, mas hoje o pessoal está um bocadinho já todo "moído", os anos começam a pesar e a saúde ocupacional tem feito um trabalho fantástico de prevenção, de acompanhamento, procurando com diagnósticos e algumas consultas, evitar que

as pessoas percam mais tempo à espera de outra na consulta aberta no Pinhal Novo, evitando que algumas pessoas tenham que perder dias de trabalho para ir às consultas, mas há de facto, hoje, um conjunto de direitos de acompanhamento a familiares de doentes, às crianças, que tudo junto, de facto, resultam nestes números que, gostariam que fossem menores, porque era sinal que as pessoas estavam presentes e o trabalho não se atrasava. Relativamente aos dias de greve, uns anos há mais, outros há menos, é o que tiver que haver, a greve é um direito legítimo e, dá um sinal de denúncia a uma série de situações, neste caso, até protestando com matérias que estão nas mãos da Administração Central que define, por exemplo, a revalorização das carreiras e, quem fica prejudicado é o município, porque os seus trabalhadores não vão prestar o serviço naquele dia, mas é perfeitamente normal, porque não consegue explicar isto de outra forma.

Relativamente ao CEI's, a Câmara tem um CEI, mas por princípio é contra, considera que devem evitar, porque querem é contratar as pessoas, mas de facto, têm múltiplas pressões para ter um CEI's, até numa perspetiva de reintegração e reinserção social, porque é esse o principal objetivo e querem dar ferramentas, na prática. Mas sabem muito bem que há um uso e abuso destas situações, por parte de muitas instituições, desde instituições sociais a empresas privadas, porque esta coisa do estágio, de reintegrar as pessoas, porque isso é verdade para alguns trabalhadores e trabalhadoras desempregados, mas não é verdade para outros, porque se precisam de mão-de-obra permanentemente, as pessoas têm que ser contratadas. Contudo, e voltando à questão, as pessoas que estiveram integradas em programa CEI, felizmente, foram opositoras a concursos externos, algumas concorreram na autarquia, vieram até a ser integradas, a maior parte das que concorreram. E informa que mantiveram um programa para um jovem portador de deficiência e que espera que, pelo excelente trabalho que está a desempenhar, possa no futuro ser integrado num posto de trabalho permanente da autarquia.

Relativamente à questão do porquê da diferença da execução no turismo, esclarece que não podem atender apenas a estes números da execução orçamental. A execução financeira é diferente da execução dos projetos, houve algum projeto tivesse ficado por realizar do ponto de vista da animação turística que estivesse no plano de atividades? Não. Houve obras que ficaram por fazer? Houve. Algumas das candidaturas! O que quer dizer com isto, é que a execução da atividade não corresponde sempre aos 100% da execução financeira, se conseguissem fazer por administração direta, isso não estaria vertido na execução financeira. Os grandes investimentos, na área do turismo, são suportados pelo trabalho dos técnicos municipais, transversalmente, desde a logística e conservação que tem que montar tudo, a comunicação que tem que divulgar tudo, isso está presente nos vários orçamentos das várias divisões. Como podem verificar, essas questões têm de ser um pouco desmontadas, para perceberem que a execução financeira na rubrica nem sempre espelha toda a atividade.

Nas questões que foram colocadas referentes à loja móvel do cidadão trata-se de dois fenómenos, que o Sr. Vereador já explicou e bem; foi feito um diagnóstico da situação,

auscultaram Associações de Moradores, Juntas de Freguesia, munícipes, que propuseram novas localizações e afinações no circuito, já foi estudado e acredita até, que já foi decidido e há um prazo para entrada em funcionamento, que será divulgado dentro em breve. A diminuição tem que ver também, com uma coisa que, às vezes, é um pouco contraditória com outra, que o Sr. Vereador Pedro Taleço disse e que admite essa leitura, mas a análise pode ser outra, que é, por um lado, por exemplo conhece pessoas que antes se dirigiam à loja móvel para pagar a água e que hoje por incapacidade de se deslocarem à própria loja, pedem aos filhos para lhes pagarem a água por multibanco. Há também pessoas que tratam as coisas de outra forma e, como é que isto se cruza com o número de atendimentos presidenciais? Refere que por muita desmaterialização e serviços online que querem tem, que vão ter e até com a Agência para a Modernização Administrativa de que falarão em breve. O que hoje está na ordem do dia é o atendimento mediado; criou-se o licenciamento Zero e aquilo de zero não tem nada, porque as pessoas têm que ir ao balcão na mesma, era para ser sem papéis e é sempre necessário mais um papel. Depois, também há algumas dificuldades e iliteracia no funcionamento das aplicações por parte dos cidadãos, a própria Agência para a Modernização Administrativa tem um conjunto de dossiês e de matérias, umas que até quer descentralizar para as Juntas de Freguesia, outras para as Câmaras, que não passam pelo desaparecimento das pessoas nos balcões, portanto, vão ter que continuar a ter pessoas e a ter muita gente nos atendimentos. Exemplifica com uma nova situação que entrou em vigor, há cerca de 2 ou 3 meses, ou seja, para pagar uma taxa referente ao urbanismo, era necessário dirigirem-se ao balcão e atualmente, o ofício sai com uma referência multibanco, evitando a deslocação ao balcão. Esperam que muitas destas práticas venham a retirar gente dos atendimentos presenciais, mas estão sempre a surgir novas situações e questões que anteriormente eram tratadas em serviços da Administração Central, e que são agora descentralizadas para os serviços municipais, e acaba por ser normal que se registre um número substancial que traduza um aumento de alguns atendimentos presenciais nos balcões. Admite também outras questões, por exemplo têm tido algumas dificuldades no atendimento telefónico e a pessoas desesperadas têm que se dirigir ao balcão. Existem muitos fenómenos e não está a concluir apenas por uma das explicações, mas refere que estão a apostar na melhoria do atendimento online, nas questões da Península Digital que já foram referidas e, não se pode analisar esta questão, falando apenas do Site. Há um conjunto de servidores de Backups, de alojamentos de páginas, de um conjunto de outras associações, recentemente, desafiaram associações e instituições a registarem os seus sites a utilizarem os serviços. Há investimentos no aumento da banda larga, no aumento da capacidade de armazenamento de backups da informação para 2TB, que depois daquele ataque informático que houve, alguns dos dados só sobreviveram por causa disto. Este investimento que pretendem sustentar a sua pertinência, é um investimento que também desejam vir a reduzir custos e oxalá, futuramente, possa fazer muito mais, criando sinergias e reduzir a comparticipação municipal no processo.

Quanto à questão da AMRS, para além de tudo aquilo que já foi chamado a colação por parte de Sr. Vereador Luís Miguel Calha, quer recordar que só para manter em funcionamento o Museu Distrital, que é uma herança de uma Assembleia Distrital, um órgão que foi extinto, e que passou a ser integrado na AMRS, é uma despesa considerável, com técnicos especialistas de desenho de Arqueologia, que não há em mais sítio nenhum no mundo. O Museu de Arqueologia e o que foi feito no Convento de São Paulo e que não se pode comparar com a Associação Nacional de Municípios que, apenas consulta os municípios. A Associação Nacional de Municípios não presta serviços aos municípios, como a Associação de Municípios da Região de Setúbal, eles pedem serviços aos Municípios. A AML, quando tiver outras competências e isso está no "pacote da descentralização", aí sim, poderão falar de outras coisas em matéria de transportes, em matéria de ordenamento do território, há outra escala intermunicipal que tem de ser tratada ao nível da Área Metropolitana e essa, ultrapassa a área da Península de Setúbal e de alguns municípios do Litoral Alentejano. Portanto, sobre esta questão da AMRS, volta a chamar à colação, a saudade que já tem Sr. Francisco Santos do PS que, até ao ano passado, agora já não é eleito na Câmara do Montijo, era o seu maior defensor, nas Assembleias Intermunicipais da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Relativamente à questão sobre a ação social, refere que para quem os ouve e, naturalmente para quem fez estas asserções, recorda as competências dos municípios nesta matéria para perceberem do que é que estão aqui a falar. Essa é a questão de fundo, primeiro: quais são as atribuições e competências dos municípios nesta área; segundo: a explicação que já foi dada pelo Sr. Vereador, relativamente à ARPIBA, a associação vai fazer o lançamento da 1ª pedra no dia 29 de abril e só pode receber o dinheiro no dia 29 de abril, mas aprovaram no mandato anterior, um apoio de 125 mil euros, para a construção do Centro de Dia da Associação de Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano, que ainda está à espera de saber se vai haver um programa ao qual se possa candidatar para o efeito.

Portanto, é fundamental, primeiro saber quais são as competências dos municípios e depois fazer uma leitura transversal e sublinha que está na educação o maior investimento social que os municípios fazem e que este município faz, ultrapassando até as competências que tem, e a educação é a política social que melhor pode contribuir para o combate às desigualdades. Outras questões, como a habitação social, está refletida nessa questão que os senhores aí têm? Só leem esses números? Então e as pessoas que trabalham na Divisão de Educação e Intervenção Social, que atendem pessoas diariamente, que vão às reuniões da rede diariamente, que fazem atendimento social e visitas domiciliárias, tutoria e formação a famílias disfuncionais diariamente, é evidente que isso não está aí, está nas despesas de pessoal. Tem muita expectativa que o novo Sistema Nacional de Contabilidade das Autarquias venha a fazer luz sobre aquilo que efetivamente é o investimento social, porque têm de carrear para aqui todo este trabalho. Uma das coisas que está prevista na descentralização, os governos "limpam as mãos" dos atendimentos da segurança social e as Câmaras passam a ter esses

atendimentos. Com este sistema de POCAL, os senhores vão continuar a ver estes mesmos números, porque se se fizerem o atendimento e tiverem que ter mais pessoas para o atendimento, isto vai tudo parar às despesas com pessoal e quer aqui desmistificar um pouco essas leituras, que não quer adjetivar mas, de facto, pede algum bom senso na leitura destes números, porque senão é populismo, quando, de facto, o investimento do município nesta área, começa na discriminação positiva das crianças, nos transportes, na ação social onde ultrapassam o que a lei prevê. O investimento começa aí.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere que depois de tudo o que foi dito e aqui durante estas 2 horas e meia de reunião, compete-lhe em nome da bancada do PS, não focar pontos, pormenores em si, mas falar das grandes questões que este relatório de contas coloca. Primeiro, congratula-se pelo facto de se ter realizado uma reunião extraordinária para a discussão destes pontos, porque permite uma discussão com maior serenidade e considera que deverá continuar a ser feito assim. No seguimento da última intervenção do Sr. Presidente e da intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço, nada foi dito contra a unidade móvel de atendimento, pelo contrário, considera a unidade móvel, um fator de modernização à época tem que evoluir, logicamente, tem que, se calhar modificar os circuitos para modificar e melhorar a oferta. Mas isso não lhe retira a inovação e o trabalho fundamental que ainda hoje faz, e bem, numa população envelhecida, também com alguma iliteracia informática e uma população dispersa como a do Concelho de Palmela, portanto, isso é importante que seja feito e que seja melhorado.

Saúda também, o documento que foi apresentado, é um documento tecnicamente, aliás, como estão habituados, organizado de uma forma quase impar e, agradecer mais uma vez, à equipa liderada pelo Dr. Paulo Pacheco, pelo trabalho que faz, sempre numa demonstração de permitir analisar estes números todos, tendo muitas vezes que se cingir aos quadros, aos gráficos e tiveram a preocupação, como têm sempre, de ir ao relatório de atividades e fazer a ligação de alguns grandes números, com aquilo que está implícito no relatório de atividades e que logicamente, se percebe que não pode ser tão exaustivo que, às vezes não trazem coisas e que os leva, enquanto oposição a replicar alguns números que permitam uma análise mais analítica.

Relativamente à questão do CEI, também não concordam que o CEI seja um meio de recrutamento de trabalhadores, nomeadamente quando se trata de um posto de trabalho permanente e, portanto, acham que deve passar pela inclusão e pela integração, mas que não deve ser para ocupar postos de trabalho permanente, esses sim, devem ser objeto de concurso público e ocupados por trabalhadores do quadro, pelo que nessa questão, estão de acordo.

Contudo, em outras questões, nos impostos diretos no ano 2017, o IMI, o Imposto Municipal sobre veículos, cresceram e com isso, conseguiram equilibrar a descida do IMI e da derrama fazendo aqui um intervalo que não chega aos 2 mil euros e, portanto, estes são resultados que correspondem às perspetivas e que têm defendido nos últimos anos, quando fazem propostas

ou quando analisam os relatórios, tentam ser o mais sérios possível e o mais coerentes possível.

Congratulam-se com a proposta do PS, para o IMI familiar para 2018 que, de alguma forma como medida de justiça fiscal para as famílias, terá naturalmente, algum impacto no próximo relatório de contas, mas que para estes números agora apresentados, estará perfeitamente enquadrada e não desequilibrará as contas das finanças da autarquia. Considera isso, como fundamental, ou seja, todos se preocupam no PS, em apresentar propostas que tenham cabimento e que não desequilibre as finanças da autarquia, porque têm um projeto diferenciador e responsável.

Relativamente à participação fixa do IRS, não acompanharam a proposta de descida do IRS apresentada para 2018, exatamente porque o impacto que se iria sentir com a descida do IRS no ano de 2017 para 2018, poderia pôr em causa algum equilíbrio e por isso, responsabilmente recuaram naquilo que tinha sido a proposta eleitoral do PS e esperam por ver qual irá ser o comportamento dessa participação fixa do IRS no próximo ano, para depois, o rigor das contas tenha a ver com o rigor das propostas que irão continuar a apresentar, para benefício das famílias e aos munícipes, e realçando o que o Sr. Presidente já mencionou, a melhoria que se está a verificar nas receitas de loteamento e obras que é, que já passa dos 200 mil euros, e que esperam que continue, porque o mercado assim o indica e há hoje, condições de investimento nesta área, que pode beneficiar as receitas da autarquia e, por isso, sentem que toda esta estrutura de evolução das contas públicas do Estado, assim como da economia, possa ajudar também, a receita da própria autarquia. Nesse sentido estarão cá, para apresentarem propostas no futuro, também de medidas com rigor, sempre prevendo que é que são as receitas possíveis e para onde é que devem ir as despesas.

Refere ainda que no relatório existem algumas percentagens de execução que causaram preocupação, nomeadamente na ação social e tal como o Sr. Presidente referiu, que é uma questão de competências, sugere que se deva fazer também o seguinte exercício, que se faça um orçamento em função dessas competências. Reconhecem que a autarquia vai mais além, mas que não se perspetive o montante, de tal maneira grande que, depois se desculpem com a questão das competências, para não executarem e ficar assim, com uma taxa de execução de 21%. Considera que deve haver um exercício de equilíbrio, para que entre o real e, o que é possível, o que é necessário e, não haver aqui estas discrepâncias, porque havendo apenas 21% de execução na área social, têm que ficar preocupados.

É verdade que a execução das GOP's é de 88,3%, desceu um pouco, de 0,5 em relação a 2016; é verdade que é uma boa execução, mas que considera que em alguns aspetos, poderiam ter ido mais além, nomeadamente, na educação. A educação, no seu geral, tem uma boa execução, mas nos socioeducativos e pedagógicos, regista-se uma execução mais baixa do que o global, de 70,89, enquanto o global da educação, ultrapassa os 80%, portanto, considera que

alguns pontos têm que ser melhorados, têm que ser revistos, para que haja maior coerência nos gastos e, sobretudo um olhar diferente sobre aquilo que é preciso fazer em prol das populações.

Conclui com duas chamadas de atenção, uma para o Plano Municipal de Igualdade de Género e o Projeto Educativo Local, que considera serem documentos importantíssimos e dos quais esperam que estejam prontos e que depois de concluídos, possam orientar melhor, os objetivos da execução, do plano de trabalho e a execução, para terem uma maior capacidade de análise, uma melhor perspectiva do que se pretende fazer e por isso, chama a atenção, para a necessidade destes dois documentos poderem vir a ser apresentados, com alguma urgência a reunião de Câmara.

Em relação ao investimento, faz uma leitura diferente, não é o problema do investimento propriamente dito, mas sim onde foi priorizado o investimento. Essa é a parte em que muitas vezes discordam, para a bancada do PS, há mais espaço para o investimento, porque quando se diz que, têm uma capacidade de endividamento de 9 milhões, significa que há mais espaço para o investimento. O mercado financeiro tem hoje o dinheiro mais barato e, portanto, é possível criar essa janela de oportunidade, para poderem fazer hoje investimentos estruturais que daqui a 2 ou 3 anos ou até mesmo 4 anos, podem sair mais caros. Considera que seria necessário perspetivar isso em termos de criar um plano estratégico de intervenção da autarquia, porque não é gastar por gastar, seria planear para que haja um plano estratégico e ir ao mercado, porque o mercado agora é ainda favorável a investimentos.

Conclui, realçando por último, uma coisa que, para os socialistas é muito importante e que ainda bem que a autarquia cada vez está a fazer mais, que é recorrer aos quadros comunitários de apoio aos fundos comunitários. Ainda bem que a autarquia vai por aí, porque parece que, afinal já se compreende que a Europa não é assim tão má. A Europa é um parceiro para a intervenção estratégica da autarquia de Palmela, por isso congratulam-se com isso, acham que devem potencializar cada vez mais e se o fizerem, terão sempre o apoio do PS. Em relação ao relatório de Contas, o voto será de abstenção.

O **Sr. Presidente** refere que poderia retomar alguns tópicos de discussão, para acrescentar mais alguns aspetos, até em relação à AMRS e outros, mas considera que não vale a pena. O que é fundamental, é de facto, perceber-se como ainda há pouco chamou à colação, na questão da leitura dos números e da execução, tem que haver bom senso e cruzar com outra informação que, também está no documento. As derivações na área social estão perfeitamente explicadas, bastou a prestação do apoio ao investimento da ARPIBA não ter sido executada, não por culpa do município que tinha previsto até ao final de 2017 e terem tido esta dilação até abril deste ano, para lançarem a 1.ª pedra, para explicar esse grande desvio, isto, em termos de números reais financeiros. Se poderiam fazer mais na área social? A Câmara está a fazer muitas coisas, que muitas das vezes, não é visível, mas até essa questão da violência

doméstica, o trabalho que tem sido feito pelo gabinete de apoio e, o Sr. Vereador até já quis anunciar, mas há de anunciar na altura certa. Isso não significa que não esteja a ser feito trabalho em rede, e também, não pretendem assumir uma atitude nessas áreas que leve por um lado, à desresponsabilização da Administração Central, mas também à retirada do âmbito de atuação de instituições que estão no terreno, porque em tempos, a Câmara já foi chamada à atenção por essas mesmas instituições, por exemplo, sobre a rede do pré-escolar em que, se o município quiser faz o pleno com os 100%, como é que as instituições sociais que estão no terreno sobrevivem, se ficarem sem público e sem alunos no pré-escolar. Portanto, atenção, porque há instituições sociais no terreno, que têm apoios à deficiência e, a Câmara Municipal não tem de ter por administração direta, nenhum centro de apoio à deficiência. Existem municípios que têm num único edifício, no seu território valências de resposta, juntas de freguesia que têm centros de dia e que apoio domiciliário, mas são uma realidade concreta desse território, que levou a que tivesse que ser, a autarquia ou a junta de freguesia a fazer essa resposta. O Concelho de Palmela, felizmente, tem uma rede de parceiros, que trabalham muito bem, alguns com algumas dificuldades financeiras, em que a autarquia apoia. Se forem municipalizar todas as respostas sociais, então a Câmara passaria a gerir os lares de idosos e os orçamentos teriam que ser diferentes.

Relativamente à Europa, Sr. Vereador Raul Cristovão, considera que ainda têm que fazer as contas, quanto é que o país paga à Europa, porque as pessoas esquecem-se que pagam à Europa. Quanto é que se tem perdido e o quanto têm sido espremidos, por via de algumas políticas da moeda única, são coisas distintas. Refere que é europeu, mas em primeiro lugar português. O que está em causa é, se os governos de Portugal têm negociado bem com Bruxelas, as prioridades de investimento, porque quando o Sr. Vereador fala num plano estratégico de investimento para o Concelho, a Câmara tem esse plano estratégico, projetos aprovados, mas que precisam de 2 milhões de euros para infraestruturar as zonas periurbanas do Concelho. Há prioridades de investimento que, da forma como foram algumas eleitas como fundamentais, e por essa ordem de ideias e na eficiência energética, por exemplo, qualquer dia atingem a descarbonização antes de 2050. Refere um outro exemplo, na área social, têm um projeto e já disseram que não podiam se candidatar, porque ainda não abriu o aviso e, que têm procurado que algumas verbas do Fundo Social Europeu, para coisas eminentemente imateriais, no caso da negociação dos fundos e até no âmbito da AML e tem defendido isso, sejam transformadas em verbas de FEDER, para apoio a infraestruturas e, em particular infraestruturas de respostas sociais. Numa coisa estão de acordo, prioridade à Deficiência, os municípios prescindiram agora de dinheiro nesta área, para um programa que fica na alçada da Sra. Secretária de Estado da Reabilitação, cada município prescindiu de uma verba e, de facto, os municípios não estão talhados para fazer aquele tipo de trabalho. Gostaria que algumas destas verbas fossem aplicadas em infraestruturas, porque por exemplo, continuam a dizer que Lisboa não precisa de respostas na área da pessoa idosa, porque tem uma percentagem já

respostas muito acima da média nacional, mas isso não é verdade e até porque, efetivamente Lisboa é diferente, na margem Norte do Tejo do que na margem Sul e a Península de Setúbal precisa de uma discriminação positiva, para estas matérias.

Relativamente às outras questões, estão de acordo, estão de facto, empenhados em trazer o mais breve possível, algumas matérias que correspondem às expectativas do PS e nisto estão perfeitamente sincronizados e acredita que algumas poderão ter alguma visibilidade em sede de discussão da revisão ao orçamento, porque é um compromisso que assumiram. Na revisão, irão procurar dar um sinal em duas outras matérias muito importantes, mas essa do Plano Municipal de Igualdade de Género e outras, em breve, terão novidades sobre esta matéria.

O **Sr. Presidente** refere que este é um último ano de um ciclo, que foi um ciclo de grande esforço de recuperação financeira, de estabilização e consolidação das contas, mas ainda estão longe de volumes de investimento que, em ciclos como o QREN, tiveram no passado para os investimentos na ordem dos 5 milhões, mas vão atingir isso nos próximos anos tendo em conta as obras que têm no valor de 6 milhões, portanto, se essas obras forem todas concretizadas, no prazo de 2 anos, o salto será muito significativo. Refere-se a 3 obras e já têm mais 22 aprovadas, 2 feitas e outras a arrancar, portanto, terão certamente, muito mais investimento no território e vão ter, certamente, decorrente desses novos investimentos no território maiores responsabilidades, porque quando fazem mais de 2 quilómetros de ciclovia, naturalmente, têm ali mais uma dor de cabeça, para limpar, para tratar, cortar as ervas, pagar a energia e, quando fazem mais equipamentos, vão ter necessidade de fazer mais despesas de funcionamento. Contudo, se efetivamente tudo isto contribuir para acrescentar valor ao território, em termos de respostas de qualidade de vida, de usufruto por parte dos cidadãos e das cidadãs destes espaços, refere que não tem preocupações relativamente à percentagem das despesas correntes. É necessário ter um equilíbrio entre receitas e despesas correntes e, oxalá, a economia, que é isso que está aqui a faltar, a economia a funcionar efetivamente e haver maior transparência nas transferências que vêm da Administração Central por via da Lei das Finanças Locais. Continuam a não receber aquilo que está plasmado na Lei das Finanças Locais, ninguém consegue acertar com aquelas contas, tem que desaparecer aquela cláusula travão, porque a autarquia está a receber muito menos do que deveria estar a receber, bem como a generalidade dos municípios, que não recebem muito de coesão e que recebem, sobretudo, por via de outros impostos. Por exemplo, na derrama, quando há mais empresas, quando reabriram empresas, quando está tudo a funcionar, quando a Autoeuropa está produzir tanto, como é que se explica que a derrama esteja a descer? Há aqui, isenções e reduções que não estão a ser negociadas com os municípios. Espera que o Governo cumpra, porque uma das coisas que têm anunciado é que estas matérias deixem de ser decididas nos gabinetes e passem a ter que ser negociadas com os municípios. Portanto, também querem, tal como a Associação Nacional de Municípios já referiu, apoio para infraestruturas de qualidade, para uma zona de atividades económicas que não é só importante para o Concelho de Palmela, é importante para o país e,

ao contrário daquilo que se diz, os impostos não ficam todos na autarquia, porque nem sequer estão a chegar. Se os isentaram, há que fazer chegar o dinheiro, por exemplo, aquela circular Sul, a circular Norte, um conjunto de acessos que vão fazer com o Hub 10 em Vila Amélia e os 4 castelos, aquilo tem de ser tudo requalificado, porque vai ser um cluster importantíssimo de atividades económicas para a Península de Setúbal, em articulação com o Porto de Setúbal, em articulação com Almada, Sines, ou seja, esse eixo é fundamental para o país e não apenas para o Concelho de Palmela. Resta sublinhar que, não obstante, a reprogramação de alguns investimentos por via das questões que já aqui procurou justificar, globalmente tiveram uma percentagem de execução não financeira, mas dos compromissos assumidos com a população. No "Eu participo" houve alguma obra que não tivesse sido feita? Estão todas, mesmo que algumas tenham passado, algumas vão ser pagas em 2018. A Câmara tem cumprido, independentemente, da execução financeira poder passar de um ano para o outro, isto é que é fundamental, aquilo que contratualizaram com os agentes sociais, com os dirigentes associativos, porque quando se presta contas, têm que fazer esta análise. Os compromissos foram cumpridos, independentemente da reprogramação de um ou de outro investimento que não dependeu do próprio município. Por exemplo, embora já haja movimentações no terreno para o Centro de Saúde, o visto do Tribunal de Contas voltou a ter que ser pedido, porque o Governo só a meio de março é que conseguiu fazer a reprogramação financeira, de acordo com a nova calendarização. Refere que não tem nada contra o Tribunal de Contas, este tem que fazer o seu papel, mas poderia ser um pouco menos tacticista, porque pedem uma coisa, depois suspendem o prazo, depois pedem outra, enfim, também têm pouco pessoal e vão ganhando tempo desta forma, mas assim estão a prejudicar obras fundamentais para os territórios.

Refere que esta prestação de contas demonstra o caminho da sustentabilidade, do crescimento do investimento e de um dinamismo do território, que continua a ser atrativo, a criar bem-estar para os seus residentes e também para quem cá trabalha, com a consciência que ainda têm muita coisa por fazer, num plano que é, necessariamente, até neste caso dos fundos, porque não correspondem ao mandato que terminou, os fundos vão até 2020, mas foi necessário trabalhar muito para poderem ter hoje estas candidaturas todas aprovadas.

Submetida a votação a proposta de Prestação de Contas 2017, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/as Srs./as Vereadores/as Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Palmira Hortense, e o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Saída da reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, o Sr. Presidente ausenta-se da sala.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2017.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_08-18:

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, de 27 de fevereiro último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017.

A prestação de contas desta empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano, os quais apresentam um resultado líquido positivo, no valor de € 10.315,75 (dez mil, trezentos e quinze euros e setenta e cinco cêntimos).

Durante o exercício de 2017 verificou-se um acréscimo de dinâmica nos equipamentos desportivos municipais geridos pela empresa municipal. De modo a garantir o bom funcionamento dos equipamentos, houve necessidade de reformulação do plano de ações de beneficiação e construção.

A atividade desenvolvida pela empresa adquiriu uma nova dinâmica, em parceria ou por iniciativa própria, possibilitando uma maior visibilidade do trabalho desenvolvido e com isso uma maior atratividade para as suas ações.

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017 da Palmela Desporto, E.M., aprovados pelo Conselho de Gestão, são os que se encontram anexos à presente proposta.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados.»

Após a apresentação da proposta, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha acrescenta os seguintes dados para uma melhor elucidação dos presentes:

. Refere que relativamente ao ano em apreço, 2017, verificou-se uma evolução bastante positiva do desempenho da Palmela Desporto, com resultados evidentes ao nível financeiro e desportivo. A Palmela Desporto revelou uma grande capacidade de interagir com as diversas

instituições do Concelho, resultado de uma maior abertura da empresa à comunidade que teve expressão, através de mais acordos de parceria e protocolos com várias instituições.

. No que concerne à execução orçamental, cumpre salientar que as vendas e serviços prestados aumentaram para os 814.485 euros, ou seja, 3,44% acima do previsto; relativamente a outros rendimentos e ganhos, também, se verificou um aumento de 10.924 euros relativamente ao previsto, um aumento de 30,95%. O custo das matérias consumidas foi mais baixo que o previsto e, portanto, tiveram um custo inferior, menos de 22,85%. No que respeita aos fornecimentos e serviços externos registou-se também uma descida significativa, menos 22.319 euros e, refere tal como no corpo da proposta, teve o cuidado de sublinhar, o resultado final do exercício do ano 2017 foi positivo em 10.315 euros e 75 cêntimos. Salienta também, nesta prestação de contas, a aposta na formação dos trabalhadores da empresa, participaram em 12 ações de formação. Realça também, um ligeiro decréscimo de utilizadores na piscina de Palmela, informando que estão a ser adotadas medidas para contrariar esta tendência, com a implementação de campanhas de divulgação e promoção das atividades, quer com a participação em eventos com vista à promoção dessas mesmas atividades e angariação de novos utilizadores, com a realização de atividades gratuitas mensais, com campanhas de isenção ou redução do pagamento de inscrições, com a fidelização mínima de três meses, enfim, são medidas que têm em conta esta realidade e que visam inverter este ligeiro decréscimo que se verificou nos utilizadores na piscina de Palmela.

Destaque também para as novas atividades que a Palmela Desporto realizou, uma nota muito particular para a 1ª festa do Desporto e da Saúde do Concelho de Palmela, contou com a participação de dezenas de Associações Desportivas, que realizaram um conjunto muito alargado de atividades direcionadas a todas as faixas etárias da população do Concelho, uma Festa de Desporto que se pretende que seja descentralizada, que percorra todas as freguesias do Concelho e, sublinha a realização da Gala da Palmela Desporto, onde foram distinguidos atletas e trabalhadores da empresa.

Realça igualmente, os resultados desportivos, porque é importante destacar, o facto, de que a Palmela Desporto se afirmou no final da época desportiva transata, com uma equipa com maior número de atletas filiados na Associação de Natação de Lisboa, pertencente à Península de Setúbal e, portanto, houve um conjunto de resultados desportivos que tiveram uma melhoria muito significativa, incluindo atletas que foram, inclusivamente, campeões nacionais e atletas que participaram, também, nos Campeonatos do Mundo de Natação de Masters em Budapeste.

Refere um relevo muito particular, para a implementação da natação de competição adaptada na Palmela Desporto, com a atleta paralímpica Simone Fragoso como treinadora desta área, que prevê a participação nos Jogos Olímpicos de 2020 no Japão. Por último, endereça os parabéns ao Conselho de Gestão da Empresa Municipal, ao Sr. Presidente que está presente e a todos os trabalhadores da empresa, que com o seu contributo, dão o seu melhor no dia-a-dia,

para que a empresa atinja os seus objetivos de promoção e desenvolvimento da prática desportiva.

Entrada na reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Presidente.

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2017 numerada DCDJ 01_08-18 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que depois desta proposta, com uma adenda longa, informativa e sobretudo seletiva em alguma informação que transmitiu, voltaram à mesma conversa em relação à Palmela Desporto. A bancada do PS não tem absolutamente, mais nada a dizer, em termos iniciais e relativamente ao esforço reconhecido, quer à administração, quer aos trabalhadores e, portanto, toda esta discussão centra-se no modelo de gestão, muito concretamente, numa gestão direta da autarquia, ou numa gestão como tem acontecido agora, na figura de uma Empresa Municipal. Nesse sentido, é que tem vindo a acontecer as intervenções do PS nos últimos anos e, é nesse sentido que querem continuar a ter; a situação de base e de partida é muito simples, este modelo de gestão está estável, porque existe o subsídio de compensação ou défice de exploração máximo, de 600 mil euros que atingiu o seu valor máximo em 2015, incorporando os subsídios que davam ao Palmelense, por exemplo, para utilização do campo de tiro municipal. Portanto, traduziu-se toda a intervenção da comunidade e, toda a compensação por essa ação, nesses 600 mil e, a partir daí, há que analisar como é que a empresa se vai desenvolver. Se olharem para os números, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha diz e bem, houve um pequeno aumento das receitas, nomeadamente, 27 mil euros de vendas e serviços e 10 mil euros, falou em percentagem 34%, porque com um pequeno aumento de 10 mil euros, traduziu-se em 34%. O Sr. Vereador escolheu usar a percentagem, no fundo, são 10 mil euros, tudo isto acrescentou em relação ao total previsto 34 mil euros. Referiu que se diminuiu a eletricidade e o gás, o que é natural, os equipamentos hoje em dia já são mais eficientes, portanto, mesmo que não queiram qualquer investimento em equipamentos. Está a afirmar que foi feito, mas o que o Sr. Vereador se esqueceu de dizer é que, contrataram mais 2 pessoas e, portanto, esse diferencial entre os ganhos e as perdas, traduziu-se apenas no resultado líquido de 10 mil euros. Mesmo com este equilíbrio de 600 mil euros. Retomando a análise, a questão base é esta, com estes resultados e, vão ver isso nas candidaturas da eficiência energética, qual é a margem que a empresa tem, mais cedo ou mais tarde, que fazer em relação às piscinas, às inovações de equipamento, com tudo o que tem a ver com utilização e com os anos de vida dos equipamentos e melhoria das condições, não há aqui margem, com a atual lei, como é óbvio, mas é sobre esta lei que têm que cumprir as regras.

Quando alterar, terão uma conversa função dessa alteração, mas neste país cumprem-se as leis. Refere que o PS reconhece que esta lei foi necessária e ao dizer isto, realça que o PS tem 157 Câmaras, mais de metade, portanto, tem consciência que quando diz isto, atinge, antes de mais, o PS, mas de forma genérica, esta lei foi feita para controlar um pouco, o que se passava nas empresas municipais e muitas delas que não eram, de facto, bem geridas, em todos os setores e por todos os partidos.

Retoma, referindo que estes resultados, por exemplo, em relação à piscina do Pinhal Novo, que é o bastião da atividade em termos de resultados de rendimentos, os resultados líquidos em relação à piscina do Pinhal Novo têm vindo a diminuir, menos 120 mil euros em 2015, menos 142 mil euros em 2016, menos 185 mil euros em 2017, com o aumento de 130 praticantes este ano, isso corresponde a um aumento geral da Palmela Desporto que pode quase indexar ao aumento da economia, as pessoas estão mais livres, voltaram a fazer mais desporto e o esforço que a própria empresa tem feito, com mais 2 mil euros em comunicações, portanto, verifica-se aqui um esforço. Olhando para os investimentos, que é também onde se centram as necessidades maiores, o investimento feito em 2017 de 69.227 euros foi metade do realizado em 2016 e foi menos do que o realizado em 2015. O modelo é estável, não tem resultados negativos, mas terá dificuldades em ir mais além.

Relativamente aos indicadores, a liquidez geral é um indicador como outro qualquer em termos económicos, que relaciona as obrigações a curto prazo e as que estão cobertas por ativos (os ativos, são os que a empresa tem), um valor saudável, será a partir de 1%, e têm aqui algum valor equilibrado, mas o valor que se apresenta aqui é de 0,47%, portanto, não estão aqui numa espécie de campanha contra a empresa municipal, nem o que a empresa faz, mas questionam onde é que estão as contas? Se fizerem as contas e olharem para as funções, de um lado a administração direta com uma divisão de um serviço municipal, no outro, atual formato, porque quando juntarem o pavilhão do Poceirão ao universo da Palmela Desporto, não vai ser dali que virão rendimentos. Portanto, diz a experiência do pavilhão desportivo municipal de Pinhal Novo, que conseguem compagnar uma posição similar numa escala muito menor, não produzirá mais rendimento para a Palmela Desporto. Refere que estão com resultados muito estáveis desde 2003, dados esses de uma opção que vêm compaginados no relatório, têm pequenas oscilações, situam-se quase sempre nos mesmos valores que não são solução, mas que denotam um grande esforço de quem administra e lá trabalha. Não percebe como pode ser possível, não aconteceu em 15 anos, não parece que a resposta venha pelo número de praticantes, assim, de repente, porque teriam de ter um impacto muito grande, pelo que irão continuar, por enquanto, a absterem-se, mas referem que gostariam e estão disponíveis, se entenderem a utilidade para participar no processo, fosse considerada do princípio ao fim, apenas para termos comparativos e a existir essa informação, porque poderia neste debate, caso esse estudo estivesse feito e não fosse favorável, podiam acabar já aqui a conversa, é o único modelo possível.

Uma outra questão, em relação ao relatório do fiscal único, que presume tratar-se de um engano, porque refere: “o acréscimo registado nas estações de serviço é explicado pelo aumento generalizado de utilizadores e por consequência de rendimentos em todos os equipamentos, mas especialmente na piscina de Palmela”, ou seja, a piscina de Palmela foi a que teve uma quebra de 182 participantes, que foi quase compensada pela piscina do Pinhal Novo com aumento de 130 e fazendo contas de cabeça, parece ter havido um acréscimo de 33 no campo desportivo. Portanto, esta informação não bate certo com os números e deve ter sido certamente assente num ligeiro aumento global dos praticantes, que é expectável, fruto do esforço de comunicação da administração. Fruto do pouco investimento que podem fazer em comunicação e marketing, e da boa qualidade do serviço, é o que podem ter por agora.

Os três pontos que o Senhor Vereador destacou na sua comunicação, que foi a “nova dinâmica” e que não é nova porque tem pequenas variações, porque não traduzem uma nova dinâmica, quanto muito traduzem um apurar. Maior visibilidade do trabalho desenvolvido é sempre um esforço, mas mais 2 mil euros por ano, não sente que seja maior visibilidade e a atratividade para as suas ações, considera que o primeiro fator de atratividade é o preço. O preço é outra das questões que, só tendo melhores resultados na empresa é que conseguem baixar o preço, e está alto, e mesmo que não estivesse alto, se querem verdadeiramente promover a prática do desporto, quanto menor for o preço, melhor. Propõe que se continue a trabalhar, que se estude o outro modelo, e nesta proposta a bancada do PS irá abster-se.

Também se abstiveram em relação ao Plano, mas estão à espera por parte da maioria relativa alguma reação, no sentido de estudar o modelo que permita resolver o problema dos investimentos, porque só sendo mais eficientes, investindo melhor e não perdendo as oportunidades por falta de fundos, é que poderão lá chegar e também a redução dos preços que é o que possibilita o aumento do número de praticantes, mais do que as campanhas de marketing.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que justificando o sentido de voto do MIM, vai votar contra, para ser coerente, uma vez que não concordam com este modelo de gestão da Palmela Desporto.

O **Sr. Presidente** refere que pelo que percebeu da intervenção da Sra. Vereadora Palmira Hortense, o MIM é contra as empresas municipais, subentende-se, uma vez que não refere o porquê de ser contra este modelo de gestão. Acrescenta, no sentido de clarificar alguns aspetos que importa também, consultar, desde logo, os documentos que estão na génese da criação da empresa, para perceber sobretudo, “esta tecla dos investimentos”, a empresa gere os equipamentos municipais, portanto, quem tem que fazer novos investimentos, em bom rigor, os investimentos novos pesados, é o município.

No capítulo da classificação orçamental de investimento, há outras ações de beneficiação da criação de um espaço, de remodelação, conservação, que também são investimento. Portanto,

com este quadro legislativo, é evidente que os grandes investimentos, não tem que ser a empresa a gerar mais-valias, para ter lucros que lhe permitissem fazer mais investimentos, aliás, nenhuma empresa privada em Portugal faz investimentos só relacionados com a sua mais-valia, a não ser o pequeno ou micro empresário que não tem acesso a fundos comunitários. Quando se fala que a Autoeuropa fez “não sei quantos” milhões de investimento na nova linha, o senhor sabe quanto é que a Europa pagou, que isenções o Estado Português deu, portanto, estão assim hoje as grandes empresas que concorrem ao Portugal 2020. Não é, de facto, com a sua margem de proveitos que reinvestem, são raríssimas, deveria ser assim até para os eventuais incentivos à redução do IRC. A história económica da Europa demonstra isso e, em particular no nosso país, mas também não é essa a lógica de uma empresa municipal, ter que ter lucros para fazer mais investimento e novos equipamentos porque é, sobretudo, uma empresa que gere equipamentos e que presta serviços.

Considera que é importante centrar um pouco a discussão neste aspeto e a empresa municipal tem é que prestar bons serviços à população, cada vez mais diversificados, que elevem a condição física, qualidade de vida, a saúde e o bem-estar da população e, portanto, é normal que, num quadro em que o município venha atribuir à Palmela Desporto a gestão de um pavilhão no Poceirão, a gestão de um pavilhão em Palmela ou outro equipamento qualquer, que tenha que haver mais subsídio à exploração, é perfeitamente normal. Certos de que é perfeitamente normal, o que podem questionar é que se há alternativas e quando as pessoas falam em alternativas, é preciso perceber a flexibilidade que uma empresa tem, versus, os condicionalismos que o município tem. Já uma vez discutiram a questão dos preços e volta a referir a qualidade e, fala da quantidade de pessoas que vêm de outros concelhos, para serem utilizadores das instalações da Palmela Desporto e já mostrou alguns desses números. Depois, também poderiam falar, e sem dizer mal de nenhum concelho vizinho, que têm, de facto, atividades mais baratas, mas também, era bom saber quantos dias por ano fecham aqueles equipamentos. Não está a criticar as autarquias que fazem a exploração destes equipamentos por administração direta, mas quando o fazem, existem este tipo de constrangimentos e depois, essas contas têm sido feitas e estão a ser feitas, portanto, a conclusão a que chegaram, é que o subsídio à exploração é inferior ao custo do benefício social e de retorno que a empresa dá a comunidade. Também é verdade que há novas atividades, há diversificação da atividade e ainda bem, porque tem de constituir uma nova fonte de receita, para contrabalançar ciclos que há, nesta ou naquela área, e há uma nova dinâmica e pôde observar isso com a Festa do Desporto e da Saúde, no conjunto de parcerias que a empresa tem com outras empresas, com praticantes desportivos de alta competição, com protocolos, e isso é um investimento na comunidade. Considera, portanto, que este modelo de gestão, até haver outros indicadores, é correto, tem conseguido operacionalizar a estratégia de gestão dos equipamentos e até de desenvolvimento desportivo, porque a Palmela Desporto em alguns programas de desenvolvimento desportivo é um parceiro estratégico do município. Refere que uma revisão à

Lei das Empresas Públicas Municipais pode permitir outra leitura de dados, porque faz falta, esta última revisão que foi feita numa perspetiva de fechar empresas e fecharam, pelo menos, 141 nos 2 anos seguintes e algumas ainda bem que fecharam.

Neste contexto e nesta área de atuação, considera que as empresas municipais continuam a valer a pena e é isso que outros municípios como Rio Maior, Odivelas, Loures, consideram que este modelo de gestão, que é um modelo que permite alguma flexibilidade de gestão, consegue até angariar outros fundos e ter outras respostas, onde os municípios estão geralmente mais constrangidos para poder atuar. Refere que vão continuar a acompanhar a evolução, o desenvolvimento, o número de praticantes e os desafios que estão a surgir, porque estão a surgir novos desafios. Questiona se já alguém pensou na questão da integração de alguns desses trabalhadores no quadro do município, como seria depois, para cumprir, por exemplo, as despesas de pessoal. Muitos municípios do PS estão a criar empresas municipais e serviços municipais para baixar esse número, para sair dos orçamentos municipais. Sublinha que desde a anterior gestão, que conseguiu colocar num ciclo de maior sustentabilidade, ao trabalho que já foi feito neste último ano, acredita que o caminho, é um caminho de rigor, de progresso, de aumento de diversificação da oferta e da atividade e, é o caminho acertado. Porque, quando se fala da integração dos trabalhadores, refere que só para os trabalhadores haveria prejuízo, em relação àquilo que ganhariam num lado e noutro e não é uma falsa questão, é uma questão verdadeira, o Sr. Vereador é que não conhece, entre outras coisas. Mas discutirão, se alguma vez esse cenário estiver efetivamente a ser discutido e sobre a mesa, como em todas as matérias, tem que se recensear os prós e os contras. Refere que não se trata de uma posição fechada sobre esse assunto, e compreende algumas das questões, que são de todo pertinentes, justas e concretas, outras posições de voto aprioristicamente, não entende, mas com o tempo, também, estarão todos aqui a apreender informação e conhecimento, porque às vezes não chega vencer, é preciso convencer, porque, de facto, espera que algumas opiniões menos qualificadoras da ação da Palmela Desporto, venham a mudar futuramente e que os resultados positivos agora apresentados, para já mereciam, esse benefício da dúvida.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, em bom rigor, pretende fazer duas considerações, apesar de não ter intenção de voltar a intervir mais sobre esta matéria, até porque o grosso sobre o que se disse sobre a Palmela Desporto, está dito, e acredita que não é o momento de retomar essa discussão. Contudo, e uma vez que falou na importância e que o investimento deve ser feito pela autarquia, há dois investimentos, porque não se referiu, nomeadamente a questão da diminuição dos utilizadores da Piscina Municipal de Palmela, que é quase inversamente proporcional ao aumento nos outros dois equipamentos do Pinhal Novo, quer do Pavilhão ou da Piscina, um ronda os 3 e 10% em termos de subida, a Piscina Municipal de Palmela desce 13% e, portanto, admite que também, porque é um equipamento mais antigo, que essa seja uma das razões da descida tem muito a ver com a necessidade de investimentos avultados nesse equipamento municipal. A outra questão, que é uma questão recorrente e que

em todos os relatórios tem sido levantada, é o gasto com a energia, é sempre um gasto grande em qualquer empresa, em qualquer organização e apesar de ter sido reduzido, continua a ter um peso muito grande e, portanto, a questão que coloca é, será necessário fazer mais investimento de “uma monta maior” e que investimentos como se pensa fazer, porque, se calhar em alguns desses investimentos, poderiam não estar à espera de fundos comunitários, provavelmente já poderiam já ter recuperado o investimento e, simultaneamente a questão fundamental, como atalhar esta diminuição dos utilizadores da Piscina Municipal de Palmela.

O **Sr. Presidente** refere que, de facto, já foi dito o essencial e sobre essa questão da Piscina Municipal de Palmela, e refere que se houvesse uma Piscina Municipal em Aires, teria muito mais gente, porque daquilo que conhece dos utilizadores da Piscina de Palmela, não há nenhuma crítica, pelo facto de que a Piscina ser mais antiga, por não ter uns painéis solares novos; funciona lindamente, não é por falta da atratividade do equipamento, é que de facto, os movimentos pendulares das pessoas, quando só havia uma piscina no concelho, em Palmela, quem queria nadar tinha que vir até Palmela, mas agora existe mais um equipamento e as pessoas têm a vida organizada de forma diferente, em termos de mobilidade, ou seja, há um conjunto de fatores que explicam essa diminuição, e convida o Sr. Vereador a visitar a piscina de Palmela para confirmar se há ali alguma coisa que afaste alguém, porque não tem nada que ver com o investimento no equipamento, tem que ver com outros fenómenos, de outra natureza. Refere que até as escolas no “aprender a nadar”, independentemente da localização geográfica, de outras freguesias, por uma questão de transporte, deslocam-se à Piscina do Pinhal Novo. Portanto, o que a empresa tem de continuar a fazer é, naquilo que é necessário requalificar os seus equipamentos e quando falou em investimento, é claro que as grandes candidaturas são de equipamentos municipais, é o município que as vai fazer. Por exemplo, era preciso uma caldeira nova e mais eficiente, a Palmela Desporto acabou de fazer esse investimento, não esteve à espera e são investimentos que, de facto, consegue fazer com o orçamento que tem, cerca de 40 mil euros e isso vai ter retorno, vai valer a pena e, é isso que a empresa municipal deve fazer. Mas se estão a falar de uma candidatura de 300 mil euros, é evidente que, é o município que faz essa candidatura, é o município que é candidato, porque o equipamento é da autarquia e tem um contrato de comodato com a empresa municipal, para o explorar. Essa é a lógica das empresas municipais, uma empresa que gere os equipamentos do município, património do município e não da empresa. Portanto, compreende as questões colocadas e espera que em relação a esta matéria não existam preconceitos e analisem os factos, numa perspetiva anual, para perceberem se é esse o caminho.

Submetida a votação a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2017, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço e Mara Rebelo, e o voto contra do/a Sr./a Vereador/a Paulo Ribeiro e Palmira Hortense. Aprovado em minuta.

Antes de dar por encerrada a reunião, o Sr. Presidente dá a seguinte informação relacionada com o “Eu Participo”:

. Dá nota, que dentro de dois dias, haverá nova reunião de Câmara, neste mesmo espaço, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela e aproveita para informar os/as senhores/as vereadores/as que o “Eu Participo” irá decorrer durante esta noite, em Poceirão.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e vinte e dois minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco